



# Anais da Assembléia

Nº 184

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE OUTUBRO DE 1997.

ANO XXII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossoni
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Bastilio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

**13ª LEGISLATURA**

**ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 1997**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vannahoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

Curitiba, 29 de outubro de 1997.  
Senhor Presidente.

Os funcionários do Grupo INEPAR, com o conhecimento e apoio total da direção da empresa, têm a honra e o prazer de comunicar a todos os Deputados Estaduais do Paraná, escolhidos e eleitos por nós, a decisão histórica do Grupo INEPAR, através do seu Presi-

dente Dr. Atilano de Oms Sobrinho, de transformar todos os funcionários em acionistas participantes.

Esta abertura no campo empresarial, inédita no país, de mudança total nas relações capital e trabalho, mostra ao Brasil inteiro, que no Paraná a democracia está progredindo a passos largos, e aqui na INEPAR, temos um nascedouro de idéias e desafios que está nos levando a ser a maior indústria eletroeletrônica da América Latina, genuinamente paranaense.

Gostaríamos de participar também, que no dia 04 de novembro de 1997, às 17:00 horas, nas dependências da INEPAR S/A Indústria e Construções, todos os funcionários estarão recebendo da diretoria da empresa, uma cautela simbólica de ações, que representará e oficializará a nossa participação no Grupo INEPAR como acionistas participantes.

Desde já, deixamos abertas as portas da INEPAR, para que os Srs. Deputados que queiram testemunhar este grande acontecimento, possam assistir a este belo exemplo de democracia e de distribuição de renda.

Atenciosamente,

(aa) PEDRO LUÍS BORGES

Representante dos Funcionários  
no Conselho de Administração do  
Grupo INEPAR

LUÍS FÉLIX DO E. SANTO

Coordenador da AFISA

Associação dos Funcionários do  
Grupo INEPAR

FUNCIONÁRIOS DO GRUPO INEPAR S/A  
leia-se

ACIONISTAS PARTICIPANTES DO  
GRUPO INEPAR S/A

Ofício nº 094/97-ime

Curitiba, 15 de outubro de 1997.

Senhor Presidente.

Solicitamos de Vossa Excelência as providências necessárias no sentido de que seja marcada a data de 19 de novembro do corrente ano, às 16:00 horas, para a sessão solene de entrega do título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Erondy Silvério, concedido pela Lei nº 11.177/95, por proposição de nossa autoria.

Agradecendo antecipadamente seus valiosos préstimos, valemo-nos da oportunidade para reiterar-lhe nossos protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 414/97.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 607/97, relativo à mensagem nº 095/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 606/97, relativo à Mensagem nº 094/97 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 605/97, relativo à Mensagem nº 093/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 691/97, relativo à Mensagem nº 075/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 590/97, relativo à Mensagem nº 074/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 589/97, relativo à Mensagem nº 073/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 588/97, relativo à Mensagem nº 068/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 587/97, relativo à Mensagem nº 067/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 586/97, relativo à Mensagem nº 066/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime

de Urgência para o Projeto de Lei nº 547/97, relativo à Mensagem nº 065/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 412/95, que cria a Região Administrativa do Centro do Paraná, e dá outras providências, o qual se encontra na D.A.P. desde o dia 31.10.95.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 169/96, que institui de forma obrigatória o ensino das Constituições Estadual e Federal, utilizando-se da disciplina de Organização Social e Política Brasileira, nas escolas de 1º e 2º graus da Rede Pública do Estado do Paraná, e dá outras providências, o qual se encontra na C.C.J. desde o dia 10.05.96.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 227/96, que fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a criar, regulamentar e instalar o programa Cooperativas Distritais, e dá outras providências, o qual se encontra na D.A.P. desde o dia 21.08.96.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2523

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 396/97, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Henrique Paulo Schmidlin, e dá outras providências, o

qual se encontra na D.A.P. desde o dia 23/09/97.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 221/97, que visa instituir o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - FUNDAF.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 483/97, que estabelece normas para cálculo de débitos de dívidas securitizadas que tenham como origem financiamentos com base no Programa de Crédito por equivalência produto do Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2550

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada e arquivamento do Projeto de Lei nº 556/97, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) RENY BORSATTO

REQUERIMENTO Nº 2565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por um período de 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 414/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa as tabelas de custas dos atos judiciais no Estado do Paraná, na forma da Lei nº 6149, de 09 de setembro de 1970.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Edgar Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Carlos Simões, Renato Adur, Júlio Ando, Péricles Mello, Walmor Trentini, Ricardo Chab,

Duílio Genari, Toti Colaço, Edno Guimarães, Ângelo Vanhoni, Sérgio Spada, Doutor Rosinha, José Maria Ferreira, Emerson Nerone, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Antonio Annibelli, Hidekazu Takayama e Basílio Zanusso.

## REQUERIMENTO Nº 2534

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja realizada uma Sessão Solene no dia 26.11.97, às 17:00 horas, onde serão homenageados os Irmãos Maristas e onde será entregue o Título de Menção Honrosa pela brilhante atuação, há mais de 100 anos em nosso país, na área de educação.

Esta irmandade estabelecida em várias cidades do território nacional, vem desempenhando um papel importante no ensino e educação dos jovens e futuros homens do amanhã, que irão conduzir os destinos deste nosso Brasil.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) CÉSAR SELEME

## REQUERIMENTO Nº 2538

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Sr. José Bulla, residente no Município de Japurá, falecido no dia 26.10.97, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 2542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador João Luiz Correa, ocorrido no último dia 18 de outubro de 1997, no Município de Cândói.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) CEZAR SILVESTRI

## JUSTIFICATIVA:

João Luiz de Correa, nascido no dia 25.09.1959, em São José do Cerreto, Estado de Santa Catarina, filho de agricultores, mudou-se com sua família para Guarapuava, onde exerceu diversas profissões, sendo a principal como garçom. Em Cândói, como homem público sempre praticou obras assistenciais. Sócio fundador da ACDC (Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Cândói). Participante ativo na luta pela emancipação do município. Vereador eleito nas últimas eleições com

210 votos. Membro atuante no Legislativo Municipal, participando da Comissão de Justiça e Redação. Sempre esteve a frente de todas as decisões do Legislativo, tendo como lema "união e harmonia" entre os Vereadores, para resgatar a boa imagem do Poder Legislativo Municipal. Sempre trabalhou pelo bem do povo candoiano, principalmente com as pessoas mais necessitadas.

## REQUERIMENTO Nº 2502

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Borrazópolis - PR, alusivos à realização do II Festival Nossa Arte, das Escolas Especiais da Microrregião de Apucarana, no último dia 24 de outubro corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Presidente daquela Associação, Sra. Ivoni Hervatini, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rio de Janeiro, nº 501, CEP 86925-000, Borrazópolis - PR.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 2503

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, alusivos a inauguração do Salão Social e Canchas de Bolão daquela Associação, na data de hoje.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Associação, Sr. Brasil Paraná de Cristo, através de correspondência a ser encaminhada à Rua 24 de Maio, nº 248, CEP 80230-080, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 2524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos, de voto de congratulações à Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, pela passagem do Dia do Funcionário Público.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada ao Presidente da ASPP, Brasil Paraná de Cristo, situada à Rua 24 de Maio, 248 - CEP 80230-080, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) BETO RICHA

**JUSTIFICATIVA:**

O Dia do Funcionário Público é comemorado em todo o país neste 28 de outubro. Merece o aplauso desta Casa de Leis, esta categoria que tem se dedicado a servir o cidadão brasileiro em suas aspirações, no que se refere ao Estado Brasileiro.

Vale destacar ainda, a atuação da Associação dos Servidores Públicos do Estado - ASPP, sob o comando de Brasil Paraná de Cristo, que tão bem tem representado a categoria no encaminhamento de suas aspirações.

**REQUERIMENTO Nº 2525**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados votos de congratulações ao Município de Almirante Tamandaré, pela passagem do seu 108º aniversário.

E ainda, que do mesmo seja dada ciência a referenciada, no endereço abaixo relacionado.

Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, a/c Sr. Cesar Manfron, DD. Prefeito Municipal, à Av. Emílio Johnson, 360, Almirante Tamandaré - PR - CEP 83501-970.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) NEIVO BERALDIN

**REQUERIMENTO Nº 2527**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos, de votos de congratulações ao Diretor-Proprietário do Jornal Folha de Palotina, Neri José Giacomini, pela passagem do 8º aniversário do semanário.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada ao homenageado, à Rua Antonio Pozzan, 573 - Centro, em Palotina, fone/fax (044) 649-2651.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) BETO RICHA

**JUSTIFICATIVA:**

Fundado há oito anos, o Jornal Folha de Palotina já demonstra em suas ações que sua linha editorial está voltada para a comunidade. Sob a direção de Neri José Giacomini, a Folha de Palotina vem se engajando em diversos

projetos, que visam estimular a leitura e a elaboração de textos a serem publicados de forma gratuita pelo jornal.

Importante veículo de comunicação da Região Oeste, a Folha de Palotina vem preencher uma lacuna deixada pelos outros órgãos de informações, priorizando as notícias locais e valorizando as ações da comunidade. Com esta iniciativa, Neri José Giacomini merece o aplauso desta Casa de Leis.

**REQUERIMENTO Nº 2528**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos, de voto de congratulações ao empresário Sebastião Cavalcanti Neto, fundador e coordenador do Projeto "Fazendo Escola", em Palotina.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada ao homenageado, aos cuidados do Jornal Folha de Palotina, situado à rua Vereador Antonio Pozzan, 573, Centro, Palotina - PR.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) BETO RICHA

**JUSTIFICATIVA:**

Idealizador do Projeto "Fazendo Escola", o empresário Sebastião Cavalcanti Neto elaborou uma proposta que visa estimular a leitura e a escrita junto aos alunos da pré-escola à 4ª série do 1º grau, do Município de Palotina. Com o fundamental apoio do Jornal Folha de Palotina, o projeto viabiliza a publicação de um suplemento especial com os textos produzidos pelos alunos sob a orientação dos professores.

O sucesso foi tão grande, que numa segunda etapa, os alunos que tiveram seus textos publicados, recebem agora a comenda "Repórter Mirim", como forma de estimular o hábito da leitura e a socialização da informação.

São iniciativas como esta que favorecem a formação de uma nova geração de cidadãos, conscientes de sua capacidade para analisar e reivindicar seus direitos junto à sociedade.

**REQUERIMENTO Nº 2536**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Sr. Pedro Tolovi, líder comunitário na Cidade de Mirassol, pelos relevantes serviços prestados ao município.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Pedro Tolovi, natural de Mirassolva, nascido em 15 de junho de 1953, casado com Ivanir Leal Tolovi, com quem formou uma família com 3 filhos: Leandro, Fábio e Larissa.

Pedro Tolovi sempre atuou politicamente no município, destacando-se em sua atuação o incentivo às comunidades se organizarem em associações de moradores, seu trabalho resultou em sua eleição para a Câmara Municipal, na gestão 1993 a 1997.

Em sua participação na vida social da cidade, Pedro Tolovi prega a organização política dos cidadãos, e dentro de suas possibilidades de lavrador, realiza assistência social às famílias carentes de Mirassolva. Pedro desenvolve ainda uma campanha para acabar com o desemprego no município.

Pelos relevantes serviços prestados à Mirassolva e o amor que tem pela terra, Pedro Tolovi é merecedor de homenagens desta Casa de Leis.

**REQUERIMENTO Nº 2537**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Sr. Jair Antonio Marega, líder comunitário na Cidade de Lunardeli, pelos relevantes serviços prestados à comunidade daquele município.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Jair Antonio Marega, natural de Cambira, Paraná nascido em 20 de agosto de 1956, casado com Rosa Maria Marega, com quem formou uma família com três filhos: Adriana, Wagner e Marcelo.

Jair Marega reside em Lunardeli desde 1981, atuando profissionalmente como lavrador e comerciante de cereais. Politicamente atua na organização da comunidade em associações de moradores, sendo o fundador da associação de Lunardeli, é membro da APP da Escola Geremias Lunardeli, e é Secretário do Conselho Tutelar do Menor.

Coordena ainda, há 8 anos, a Catequese e o Decanato na Igreja Católica do município, ampliando assim a sua atuação na comunidade.

Pelos relevantes serviços prestados às famílias do município, Jair Marega é merecedor de homenagens desta Casa de Leis.

**REQUERIMENTO Nº 2541**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela passagem do 2º aniversário de emancipação política de Goioxim, em 30 de outubro de 1997.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) CEZAR SILVESTRI

**JUSTIFICATIVA:**

Antigo Distrito de Cantagalo, o atual Município de Goioxim tem se destacado na produção agrícola, pela reconhecida qualidade de suas florestas nativas que lhe cederam o lugar.

Desde então, o antigo distrito e atual município vem se destacando na agricultura e na pecuária, participando ativamente na economia regional.

Povo corajoso e trabalhador, que tem por merecer o reconhecimento de todos, justificando a homenagem proposta, para a qual, respeitosamente convocamos os ilustres membros do Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 2543**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Jaguapitã, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 07.11.97.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**REQUERIMENTO Nº 2544**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Ibioporã, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 08.11.97.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**REQUERIMENTO Nº 2545**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Mirassolva, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 11.11.97.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA



REQUERIMENTO Nº 2546

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de São Sebastião da Amoreira, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 14.11.97.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Bandeirantes, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 14.11.97.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Florestópolis, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 14.11.97.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja enviado ao Município de Santa Amélia, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 14.11.97.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor e congratulações ao 37º ano de aniversário da TV Paranaense, na pessoa de seu dinâmico Diretor-Presidente Jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho. E por se tratar de uma das mais brilhantes personalidades/vida paranaense, que ao longo dos anos vem conduzindo com eficiência, determinação e com es-

pírito paranista esta emissora TV Paranaense, afilhada Rede Globo, que gera informação, cultura e entretenimento.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Sob a competente e dinâmica administração do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, a TV Paranaense trilhou e vem trilhando um caminho marcado pelo sucesso. De uma modesta sala, num dos edifícios do centro da Capital, às moderníssimas instalações no Batel, a emissora tem como referência a qualidade, traduzida em suas produções jornalísticas e como afilhada da Rede Globo de Televisão. Vale aqui o cumprimento desta Casa de Leis aos diretores e funcionários da TV Paranaense, que orgulha a todos os paranaenses, tanto no meio jornalístico, quanto empresarial, destacando aqui a atuação do diretor de jornalismo Ilustríssimo Sr. Marcos Batista.

REQUERIMENTO Nº 2552

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de votos de congratulações aos funcionários da Rede Paranaense de Televisão, representados pela pessoa do Sr. Francisco da Cunha Pereira, Diretor-Presidente daquela instituição, pela comemoração dos 37 anos de existência, comemorados no dia de hoje, 29 de outubro do corrente, como prestadora de informações ao povo paranaense.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente aos homenageados.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2555

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Rio Negro - PR, alusivos às comemorações dos 127 anos de emancipação política, no próximo dia 15 de novembro do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Sr. Ary Siqueira, através de correspondência a ser encaminhada à Praça João Pessoa, nº 8, CEP 83880-000 - Rio Negro - PR.



Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2556

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Rio Negro - PR, alusivos às comemorações dos 127 anos de emancipação política, no próximo dia 15 de novembro do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Edegar Valério, através de correspondência a ser encaminhada à Praça João Pessoa, nº 8, CEP 83880-000 - Rio Negro - PR.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Londrina - PR, alusivos à realização do "Prêmio ACIL - Personalidades do Ano", no próximo dia 30 de outubro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquela associação, Sr. Abílio Medeiros Júnior, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Minas Gerais, nº 297, Ed. Palácio do Comércio, CEP 86010-180, Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à GELOPAR - Refrigeração Paranaense Ltda., que comemora 25 anos de existência.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao diretor-presidente Gerçi Volpato, através de correspondência a ser encaminhada para a Rua Dr. Eli Volpato, 250 - CEP 83707-720 - Araucária - PR.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

A GELOPAR - Refrigeração Paranaense, completa neste mês, 25 anos de atuação. Sua história começou em outubro de 1972, quando os irmãos Eli, Valdir e Gerçi Volpato, juntamente com Nivaldo Mariano Gaudencio, tiveram a iniciativa de criar uma empresa no ramo de refrigeração comercial. Instalada no Centro Cívico, em barracão alugado, a companhia iniciou suas atividades, contando com 30 empregados.

Em 1974, já possuía sede própria no bairro do Pinheirinho, mudando-se no início desta década para o Município de Araucária. Atualmente, é uma das maiores empresas desse segmento, detendo entre 15 a 18% do mercado nacional. Fabrica cerca de 170 produtos, com uma capacidade de produção que atinge 4,5 a 5 mil unidades mensais, sendo 30% módulos sem refrigeração e 70% refrigerados. Os balcões frigoríficos para uso geral são responsáveis por 50% do faturamento total.

Essa empresa tem 20 escritórios de representação no território nacional e, aproximadamente, 650 clientes ativos no Brasil e nos demais países componentes do MERCOSUL, aos quais, exporta 5% de toda sua produção mensal. Emprega 495 funcionários que contam com diversos benefícios, entre eles, serviços médicos e odontológicos na própria empresa, além de convênios médico e farmacêutico, Programa de Alfabetização e Melhoria da Escolaridade, Programa de Dependências Químicas. Também proporciona o transporte, a alimentação e o lazer a seus funcionários.

Hoje, a GELOPAR se destaca entre as maiores, porque sempre levou em consideração alguns princípios básicos, entre eles o cliente é sua razão e motivação, atuando com uma política comercial transparente, cumprimento de prazos e preços competitivos, respeito à ética e à concorrência, evolução técnica constante e valorização do ser humano.

REQUERIMENTO Nº 2564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos, de voto de congratulações à MINEROPAR, pela passagem de seu 20º aniversário.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicado o Diretor-Presidente da empresa, Omar Akel, localizada à Rua Constantino Marochi, 800, bairro do Juvevê, CEP 80.030-360, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) BETO RICHIA

**JUSTIFICATIVA:**

Empresa de Economia Mista, a Mineraias do Paraná foi fundada há exatos 20 anos, para promover a pesquisa e disciplinar a extração de minérios e derivados no Estado do Paraná. A ação da MINEROPAR tem sido fundamental para garantir a exploração sustentada das riquezas naturais e assegurar o desenvolvimento econômico de forma inteligente no setor.

Entre as atribuições da MINEROPAR estão ainda a análise do solo e as condições geofísicas para a instalação das novas indústrias no Paraná. Sob o comando de Omar Akel, a MINEROPAR está presente em todas as regiões do Estado, como órgão de fomento do Governo do Estado para minérios.

**REQUERIMENTO Nº 2506**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Cássio Taniguchi - Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando que viabilize obras de asfalto na Avenida do Canal, continuação da rua Jorge Daniel Cordeiro / Rua Projetada 01, 02 e 04, além da Rua Professora Júlia Valéria Negato Leal, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**REQUERIMENTO Nº 2532**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Giovani Gionedis, e ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, solicitando garantia de recursos para que os prefeitos do Paraná possam efetuar o pagamento do 13º salário do funcionalismo municipal, em dia.

Segundo o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, apenas 10% dos municípios terão condições de pagar o 13º salário, em dia, este ano. Na região dos Campos Gerais, apenas 3 municípios poderão saldar todos os seus compromissos trabalhistas.

Uma das alternativas seria a liberação dos recursos do fundo de compensação, prometido pelo Governo Federal quando foi aprovada a prorrogação do Fundo de Estabilização Financeira. O FEF vem reduzindo os repasses federais para os municípios em mais de 12%, desde 1995.

A grande maioria dos funcionários faz planos e conta com o recebimento do 13º salário em dezembro, muitos assumem compromissos financeiros com o objetivo de saldá-los nesta época.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO Nº 2558**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, seja oficiado o Sr. Giovani Gionedis, Secretário de Finanças do Estado do Paraná, bem como ao Sr. Manuel Campinha Garcia Cid, Presidente do Banco BANESTADO, solicitando informações sobre quais os motivos que levaram o referido Banco a comprar títulos do Estado de Santa Catarina, bem como qual a rentabilidade destes títulos para o BANESTADO.

O presente pedido justifica-se pela necessidade de esclarecimentos sobre a referida transação, visto que, os títulos adquiridos pelo Banco do Estado do Paraná estão envolvidos no escândalo dos precatórios.

Sala das Sessões, em 28.10.97.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoio: Péricles Mello.

**REQUERIMENTO Nº 2507**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, matéria publicada no Jornal "Folha de São Paulo", do dia 19 de outubro de 1997, sob o título "A imprensa e os cidadãos", da qual relata sobre os projetos que estão tramitando no Congresso, tal qual determinam direitos e deveres dos meios de comunicação, projetos esses de autoria do Deputado Vilmar Rocha (PFL-GO) e do Senador Roberto Requião (PMDB-PR), onde legislam no sentido de eliminar a liberdade de imprensa.

Outrossim, requer ainda que seja transcrito na íntegra nos Anais desta Casa de Leis, a matéria acima citada.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

**REQUERIMENTO Nº 2529**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado voto de congratulações ao Sr. Orlei Ziegemann, Chefe do Escritório Regional do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, de Pi-

tanga, pelo plantio de 132.840 mudas de árvores em 6 municípios da região, o que valeu o pedido de registro no Livro dos Recordes - Guinness Book.

Os municípios beneficiados foram: Pitanga, com 80.344; Palmital, com 23.623; Boa Ventura de São Roque, com 10.470; Santa Maria do Oeste, com 7.500; Laranjal, com 5.580 e Mato Rico, com 5.320 mudas.

Requer ainda, a inserção nos Anais desta Casa da reportagem da Folha de Londrina (em anexo) que publica a reportagem.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) RENATO ADUR

#### JUSTIFICATIVA:

Para justificar o presente requerimento, acrescentamos os seguintes dados pessoais do Sr. Orlei Ziegemann.

Natural de Pitanga, o curso secundário no Colégio São Vicente de Paula, em Irati e o curso superior na Faculdade de Direito de Ponta Grossa, Católica em Curitiba, terminando em São Carlos - SP. Foi orador de suas turmas no primário, ginásial e no curso de Direito.

Diretor Social de vários clubes, tendo atuação destacada no Ponta Júnior e no Clube Princesa dos Campos, em Ponta Grossa.

Como jornalista, militou nos Jornais Diário dos Campos e Jornal da Manhã, em Ponta Grossa, O Paraná e O Estado do Paraná, em Cascavel.

Foi pioneiro em programas de televisão em Ponta Grossa, tendo no Canal 12 - TV Paranaense, um programa dirigido para a "Princesa dos Campos".

Manteve vários programas na Rádio Difusora.

Fundou e editou o Jornal Folha do Centro Oeste, em sua terra natal, e as revistas Síntese e Órbita, com circulação em todos os municípios do Paraná.

Foi fundador e primeiro secretário executivo da Associação dos Municípios do Centro Oeste do Paraná - CANTUQUIRIGUAÇU, cuja associação foi reconhecida no Governo do Sr. José Richa e que se tornou o embrião de uma nova microrregião do Estado, a 18ª, formada pelos Municípios de Palmital, Altamira do Paraná, Turvo, Pinhão, Cantagalo, Braganey, Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu, Catanduvas, Campina da Lagoa e Roncador. Sua sede é em Laranjeiras do Sul.

Fundador e Presidente da Associação de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Piquiri, composta por 34 municípios.

É secretário da Associação de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí - ADIVA, com 12 municípios.

Desenvolve o Projeto Vida Cantú.

É um dos artífices da recuperação de nascentes do Rio Ernesto, rio que abastece o Município de Pitanga.

Tem envolvimento com a Fundação da Criança e dos Adolescentes de Pitanga - FUCAP, cuja entidade mantém convênio com o Governo do Estado, que emprega adolescentes no viveiro de mudas do IAP.

Suas próximas metas são: plantio de 200.000 mudas de árvores num único dia, e instalação de 150 Mini-Viveiros Escolares.

Desta forma, considerando o presente justificado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 615/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Dia do Ikebana, a ser comemorado em 23 de setembro de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) JÚLIO ANDO

#### JUSTIFICATIVA:

Com tal propositura pretendemos reconhecer o valor cultural e artístico do Ikebana, arte milenar de arranjos florais desenvolvida inicialmente no Japão, e trazida para o nosso País pelos imigrantes japoneses.

Observamos tratar-se de obra artística, que utiliza das mais diversas flores, de maneira tal que a sua constituição no arranjo observa uma técnica que, não somente nos mostra uma beleza visual, como também encerra parte do conhecimento da filosofia oriental dos seus praticantes.

Importante salientar que o Ikebana tem nos mostrado magníficos resultados como instrumento de terapia ocupacional e recuperação de indivíduos que enfrentam diversos tipos de problemas, oriundos de causas sociais e psicológicas.

Relevante é a difusão de valores que enaltecem a filosofia da harmonia do homem com o Universo, proporcionando desta forma a elevação espiritual de todos os praticantes desta arte, tornando-os pessoas mais úteis à coletividade.

A razão da escolha do dia 23 de setembro para a comemoração de tal data, se justifica por tratar-se do dia que inicia a primavera em nosso país.

Por tudo isto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 616/97**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Conjunto Primavera, com sede e foro na Cidade de Luiziana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) NELSON TURECK

**JUSTIFICATIVA:**

Fundada em 18 de maio de 1987, sob a forma de Sociedade Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-econômicos aos moradores do conjunto, tendo por fim:

a) Identificar, mobilizar ou formar novos grupos capazes de representar os diversos interesses dos moradores, a fim de que estes adquiram condições de resolver seus problemas comuns e assim sua autonomia.

b) Conjuguar todos os moradores do Conjunto Habitacional, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, a fim de se obter a elevação de qualidade de vida dos mesmos.

Reconhecê-la de Utilidade Pública Estadual implica no efetivo entendimento das suas finalidades e da sua atuação, baseada na promoção de atividades que tenham como objetivo a otimização dos padrões de renda, saúde, educação, recreação e esporte, dos moradores do Conjunto Habitacional.

Enquadrada dentro das exigências legais, não vemos por que esta Casa não declare-a de Utilidade Pública Estadual, pelo que, conclamamos o aval dos nobres Pares desta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 617/97**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Transfere ao Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, a competência da expedição do Boletim de Ocorrências (BO), refe-

rente aos acidentes de trânsito ocorridos em território paranaense.

Art. 2º - Deverá constar no Boletim de Ocorrências (BO), obrigatoriamente:

I - levantamento técnico elaborado pelos plantonistas que atendam à ocorrência;

II - fotografias do acidente tiradas as vários ângulos, onde apareçam os veículos envolvidos, a sinalização existente e os sinais de frenagem, se houver;

III - outros dados que possam elucidar as causas do acidente e quem foi o seu causador.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Parágrafo Único - No Decreto Regulamentador do Poder Executivo constará todas as medidas cabíveis para a devida execução da competência atribuída no caput do art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**JUSTIFICATIVA:**

Apresentamos a proposição em tela pela praticidade da medida, já que é o DETRAN o órgão responsável no recebimento do Boletim de Ocorrências. Pois o batalhão de Trânsito da Polícia Militar, ao efetuar o mesmo, encaminha-o para o DETRAN, para as devidas providências, administrativas e legais, referentes aos acidentes automobilísticos.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

**PROJETO DE LEI Nº 618/97**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Espírita de Promoção Social - SEPS, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

**JUSTIFICATIVA:**

A Sociedade Espírita de Promoção Social - SEPS, que ora encaminhamos ao

Plenário desta Casa de Leis, para que seja declarada de Utilidade Pública, foi criada no dia 7 de setembro de 1987, com a finalidade de promover o atendimento às pessoas necessitadas, sem nenhuma discriminação e gratuitamente. A Sociedade Espírita de Promoção Social, denominava-se anteriormente de Associação Londrinense de Assistência, inclusive declarada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei nº 3425, de 15 de abril de 1982, e Estadual pela Lei nº 8100, de 25 de junho de 1985. A Sociedade Espírita de Promoção Social está registrada sob nº 2997, Livro A/2, de pessoas jurídicas, em 7 de janeiro de 1987, 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, e inscrita no CGC sob nº 77.702.488/0001-23, estando em pleno funcionamento, em cumprimento ao disposto em seu ato constitutivo.

A Sociedade Espírita de Promoção Social - SEPS, além dos objetivos mencionados, desenvolve projetos nas áreas de educação e cultura, mantendo estreito entrosamento com instituições públicas e privadas, inclusive celebrando convênios para o desenvolvimento dessas atividades, também visando a manutenção de sua política e filosofia de ação.

Face ao exposto e considerando que não existe justiça sem a aplicação da lei, razão que nos leva a encaminhar o projeto de lei em apreço, com isto ajudando a entidade em apreço, habilitar-se à solicitação de recursos para a manutenção e desenvolvimento de suas finalidades.

#### PROJETO DE LEI Nº 619/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Torna-se obrigatório no Estado do Paraná, que todas as empresas e Associações Comerciais de qualquer natureza que explorem ou disponham de serviço de proteção ao crédito ou de serviço de proteção ao cheque e congêneres, notifiquem aos consumidores ou correntistas de banco que forem incluídos ou excluídos de seus registros de cadastro negativo de crédito ou de cheque, informem ao interessado, por escrito, no prazo de cinco dias úteis, o procedimento de inclusão ou exclusão de registro naqueles cadastros, mesmo quando não solicitadas por ele.

§ 1º - Os cadastros e registros de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter

informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

Art. 2º - Nesta mesma notificação, deverá ainda informar a existência de pessoas homônimas na praça onde constarem as informações do registro cadastral negativo.

Art. 3º - O consumidor que, recebendo esta notificação, ou sempre que encontrar inexatidão de qualquer gênero nos seus dados e registros nestes cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista ou detentor dos registros e cadastro providenciar sua imediata correção no prazo de cinco dias úteis.

Art. 4º - Todas as empresas e Associações Comerciais de qualquer natureza que explorem ou disponham de serviço de proteção ao crédito ou de serviço de proteção ao cheque e congêneres que disponham de arquivo, banco de dados ou registros de qualquer natureza, referente a consumidores ou correntistas de banco, têm declarado estes arquivos de domínio público, tornando livre o acesso às informações lá constantes, para orientação e consulta de qualquer interessado pessoa física considerado consumidor, não podendo, para tanto, efetuar qualquer cobrança destes consumidores interessados.

Art. 5º - Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas pelos respectivos sistemas de proteção ao crédito descritas no artigo 1º desta lei, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito, junto aos fornecedores.

Art. 6º - Caberá ao Ministério Público do Estado do Paraná, e à Secretaria de Estado da Justiça, através da Procuradoria do Consumidor - PROCON, fiscalizar e regular a aplicabilidade da presente lei, somados aos dispositivos prescritos na Lei nº 8078 de 11 de setembro de 1990.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) WALMOR TRENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

As Constituições anteriores à promulgada em 1988, eram vazias no sentido de delegar competência legislativa aos Estados, sem comparadas diante dos extensos róis outorgados a

União e aos municípios. Não é exagero se afirmarmos que a Constituição atual veio a aumentar este vazio, e que é quase impossível aos Estados legislarem originariamente sobre qualquer assunto, que não seja as matérias administrativas relativas à estruturação de seus órgãos e à própria carreira do funcionalismo. No mais, os Estados terão que se contentar com as aparas deixadas pela União, que são as competências concorrente e suplementar.

É importante que se ressalte que pretendemos, com o presente projeto, estancar qualquer dúvida estabelecida sobre a natureza pública dos cadastros que se formam em torno do consumidor.

Assim sendo, o presente projeto é embasado na competência legislativa concorrente declarada no art. 24, inciso VIII, da Constituição Federal, e no art. 53, inciso XVII, da Constituição Estadual, visando proteger o consumidor em geral, daquilo que já está disposto de forma genérica, no Código de Defesa do Consumidor, vindo a reforçar o que deve ocorrer para que a parte mais vulnerável das relações de consumo, tenha resguardados seus interesses. Desta forma, ressaltamos o que já está declarado na Constituição Federal, ou seja, que no âmbito da legislação concorrente, a União se limitará a estabelecer normas gerais, declaração esta que vem abrigar nossa tese e, agasalhar o presente projeto, à luz do art. 25, § 1º, da Constituição Federal.

# PROJETO DE LEI Nº 620/97

Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a orientar a implantação de Pólos Industriais que envolvam municípios que participem de zonas de produção homogêneas de matéria prima, potencialidade ou infra-estrutura disponíveis visando o ganho em produtividade, a agregação de valor e a valorização dos produtores ou dos empreendedores locais, objetivando o desenvolvimento sócio-econômico de sua gente e região.

Parágrafo Único - As empresas implantadas, tendo em vista os pólos industriais aqui definidos, terão seu enquadramento automático no percentual do ICMS incremental enquadrável na hipótese de setores integrantes de Cadeias Produtivas Prioritárias ao Estado, oriundo da regulamentação da Lei nº 9895, de 08 de janeiro de 1992.

Art. 2º - Os Pólos Industriais poderão ser propostos através de anteprojetos de lei, desde que cumpram, no mínimo, com as seguintes condições:

I - identificação da matéria-prima, da potencialidade ou da infraestrutura disponíveis para implantação do Pólo, dos produtos a serem desenvolvidos e do possível mercado que absorva a produção;

II - delimitação da área homogênea da disponibilidade da matéria-prima, potencialidade ou infraestrutura a ser a base de implantação do Pólo, através de relatório quantitativo e qualitativo, além de atas que comprovem a decisão do Executivo e Legislativo de cada município envolvido, assumindo o compromisso de apoio ao Pólo;

III - ata da respectiva associação de municípios, comprometendo-se com a implantação do Pólo;

IV - carta de importância do Pólo, assinada pelas entidades representativas da iniciativa privada envolvida no desenvolvimento do Pólo, identificando sua contra partida para o sucesso do Pólo;

V - Minuta de Consórcio dos Municípios envolvidos visando a implantação do Pólo e a criação de um Fundo Financeiro de Desenvolvimento do Pólo, definindo a forma de participação dos municípios, além de possibilitar a contribuição da iniciativa privada, Governos Estadual e Federal.

Art. 3º - O Decreto do Executivo que regulará cada proposta de implantação de Pólo de Desenvolvimento de Região, definirá:

I - a Secretaria de Estado que fará a interface de orientação e encaminhamento das solicitações do Pólo, no âmbito dos Governos Estadual e Federal;

II - os órgãos de sua esfera e respectivos técnicos a serem envolvidos no assessoramento e implantação do Pólo;

III - e, inclusive, definição e disponibilização de recursos orçamentários visando dar suporte às definições do referido Pólo, principalmente quando a região a ser desenvolvida for composta de municípios que detenham, em conjunto, menos de 10% de participação no retorno do ICMS.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias.



Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

"É preciso que façamos uma pausa para meditação. Demos um passo na industrialização com as montadoras, agora temos que cuidar do nosso quintal". Minha afirmativa necessitava tornar-se mais clara, e muito mais que isso, que pudesse contribuir na união de todos, para que cada um, em sua região, pudesse ser agente de seu próprio desenvolvimento.

Esta proposta de lei, visa valorizar todos os paranaenses de quaisquer regiões, incentivando o resgate de sua história econômica, do porque do surgimento sua região, do conhecimento que sua população desenvolveu para que chegasse até hoje aos seus objetivos, levando-a a encontrar e traçar novos caminhos.

Caminhos que, a partir desta base, com apoio de toda ordem, com mecanismos modernos e novas tecnologias, possam proporcionar desenvolvimento local que leve os benefícios desta modernidade a todos.

Portanto, o conteúdo da lei, por si só define que as regiões devem se unir, organizar-se, analisarem, serem críticos, prospectarem suas potencialidades.

Ter visão de futuro, olhar este mundo moderno e definir o que sua população quer para o amanhã de suas novas gerações.

Visualizando qual é o espaço que está reservado para sua região e definindo um Plano de Motivação Empresarial para direcionar o seu próprio desenvolvimento.

Ou seja, resgatando em bases modernas, auto-sustentáveis, suas produções locais de madeira, algodão, café, batata, milho, seda, gado e tantas outras culturas que fizeram e fazem este Paraná gigante, onde cada um de nós tem orgulho de pertencer.

Desta forma, o velho e o novo se encontram, interagem e alcançam um novo patamar, proporcionando que cada um galgue seu espaço sem saltos que excluem muitos pela modernidade repentina, sem possibilitar uma chance para que os filhos continuem a obra de seus pais, no trabalho contínuo de construir suas regiões e cidades.

Esta proposta visa fornecer mais uma ferramenta, de forma a permitir que todos os cidadãos, quer sejam governantes, quer sejam governados, de forma una, objetivando o mesmo ideal,

assumam sua parcela no esforço de seus próprio desenvolvimento e de sua região.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romaneli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

(Declina)

Passamos ao Horário das Lideranças.

PTB. PPB. PMDB. PDT. PL. PSDB. PFL. PT.

Horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - SR. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupei esta tribuna na tarde de ontem, para falar sobre as questões dos cartórios. Quero voltar ao tema, hoje, para demonstrar alguns valores que pudemos calcular, que estão sendo colocados no substitutivo do Deputado Eduardo Trevisan. Quero chamar a atenção, e vamos continuar, desta tribuna, todas as vezes que encontrarmos novos cálculos, a expor aos Srs. Deputados o quanto é importante esse debate.

Um cidadão que por acaso tenha um patrimônio de 110 mil reais, e esse patrimônio precisa ser inventariado. Hoje, pelo valor que está em vigor, um patrimônio de 110 mil reais, custaria, no inventário, R\$ 382,71. Na proposta feita pelo Deputado Eduardo Trevisan, esse valor vai para R\$ 2.122,24. Ou seja, 454,52% superior ao que está em vigor hoje, que foi reajustado no mês de março deste ano.

E quero dizer aos Srs. Deputados: se for um casal que tenha 4 filhos, que pague isso de inventário de um patrimônio de 110 mil, que não é muita coisa. Um pequeno terreno ou um apartamento, dependendo da região de Curitiba, ou numa cidade média do nosso Estado, vai ter que pagar esses R\$ 2.122,24.

Não acabou! Paga isso do inventário, paga-se o advogado, mas depois, tem que pagar depois da partilha o registro da escritura, que são mais R\$ 567,00, de acordo com a proposta do Deputado Eduardo Trevisan.

E mais, não acaba aí! É necessário, depois, ainda pagar o Imposto de Transmissão pós-morte, que é 4% do valor de ação dos 110 mil reais.

E os senhores pensam que acabou aí? Não! Se por acaso, um dos herdeiros for menor, tem que pagar o avaliador, que é o que o Tribunal exige para avaliar os bens imóveis dessa família.



Por isso que não se pode votar em regime de urgência esse tipo de taxas e propostas que vêm sendo trazidas para dentro desta Casa. Não podemos aceitar, como Parlamentares, que se venha com essa proposta.

E quero mostrar mais um índice para que os Srs. Deputados tomem conhecimento. Um título protestado no valor de R\$ 500,00, atualmente este título custa, Srs. Deputados, R\$ 1,17. O substitutivo eleva para R\$ 13,00. Acréscimo: 1.020% sobre a taxa atual. Vamos supor que este cidadão tenha esse título protestado. R\$ 500,00 paga essa taxa. Mas aí ele vai pagar R\$ 80,00, porque foi intimado, de acordo com a proposta do Deputado Eduardo Trevisan, que anteriormente era 616, o título é de 500, ele vai pagar R\$ 80,00, porque ele foi intimado. Depois, ele tem que pagar mais R\$ 13,00 para pedir o cancelamento da Justiça depois que isso foi julgado, e depois ele tem que apagar, ainda, mais uma outra taxa, que são as taxas de certidões, reconhecimento de firma, de tudo aquilo que ele já está pagando, taxa sobre taxa.

Dizem os Deputados que têm pressa de que isso tramite, em regime de urgência, porque esta taxa que está em vigor, hoje, é inconstitucional.

Pois bem, Srs. Deputados, se é inconstitucional, vamos fazer o seguinte: vamos legalizar a taxa que está sendo cobrada hoje, porque ela é menos aviltante para a população do nosso Estado. Legalizamos o que está hoje em vigor, e criamos uma comissão interparlamentar, interpartidária nesta Casa, para que num prazo de 6 meses, traga uma proposta decente, moral, legalizando essas taxas, e não esse tipo de proposta que querem aprovar em regime de urgência, e a toque de caixa, trazendo na C.C.J. só os donos de cartórios para discutir a taxa. Por que não veio a instituição, Tribunal de Justiça, Ministério Público, representantes de outras categorias, mas não, somente os representantes dos cartorários. Essa Comissão, ao ouvir os representantes dos cartorários, teve posição também de parcialidade, quando deveria ser imparcial, trazendo todos para o debate.

Srs. Deputados, se tem urgência, vamos aprovar o que está em vigor, legalizar o que está em vigor, criar uma comissão, e fazer com que essa comissão, num prazo de 180 dias, apresente projeto decente, na qual a sociedade tem acesso à justiça, num preço muito mais aquém, um preço sério, um preço

honesto, mas não legalizar a aviltação da população paranaense.

E voltarei todos os dias trazendo dados novos sobre essas taxas novas de cartório, que está se pretendendo legalizar, via este Parlamento, e nós como Parlamentares, temos que ter acesso a todas as informações. O Tribunal de Justiça tem que vir ao debate, o Ministério Público, OAB, Associações dos Magistrados, Associação dos Promotores e o Sindicato dos Trabalhadores daquelas entidades.

**O Sr. Luiz Carlos Alborghetti** - Deputado, concordo com Vossa Excelência. Acho que deveríamos votar hoje. Ia entrar com um requerimento pedindo a retirada desse projeto pôr 10 sessões. Acharam que deveríamos votar hoje, em primeira, até ali as emendas de Vossa Excelência, e quero dizer a Vossa Excelência que deveríamos votar hoje, em primeira, retirar esse projeto, e fazer o que Vossa Excelência pede na tribuna. Tínhamos que conversar, dialogar, porque o montante de dinheiro aqui é escabroso, não no mau sentido, mas é uma fortuna incalculável, o que analisei ontem e reavaliei hoje de manhã.

Então, concordo com Vossa Excelência, em número, gênero e grau. Queria retirar esse projeto hoje, acho que devemos votá-lo não em 1ª discussão, mas em 2ª, Deputado Rosinha. Temos que sentar e ir para o debate.

Muito obrigado.

**O Sr. Hidekazu Takayama** - Deputado Rosinha, só quero comunicar a Vossa Excelência que o parabenizo, por esse depoimento, e estou com Vossa Excelência nesse pedido, se não for retirado em pauta no momento.

**O Sr. Toti Colaço** - Deputado Florivaldo Fier, quero cumprimentar Vossa Excelência, primeiramente porque na Comissão de Constituição e Justiça, Vossa Excelência teve oportunidade, mesmo rapidamente, de apresentar umas 8 ou 10 emendas, mesmo sem entrar, se aprofundar no coração dessa mensagem que aí se encontra.

E cumprimento Vossa Excelência por ter abordado ontem, e continuar abordando hoje, esse assunto que é da maior importância para o povo do Paraná, e é bom que se registre aqui.

Na C.C.J., esse projeto ainda não foi votado no seu "finalmente". Ficou suspensa a votação na semana passada. Ontem, não deu quórum, e automaticamente está sem o parecer oficial. O

Presidente Joel Coimbra, que não está presente, e até procurei-o por aqui, deveríamos escutar na C.C.J. este projeto, aprovando ou não, poderíamos nos aprofundar melhor. Isto não foi feito. Está vindo sem o parecer oficial da C.C.J., e me parece que o Deputado Caíto Quintana tem um requerimento que está tramitando, o subscrevemos. Está pedindo adiamento, por 10 sessões, deste projeto, mesmo não votando hoje, e deixar para não votar na primeira, sob pena de depois, quando menos se esperar, a coisa passar diretamente sem uma análise mais profunda.

Vossa Excelência está trazendo dados, que estão surpreendendo a todos nós. Meus cumprimentos a Vossa Excelência, pelos dados que está trazendo à tribuna desta Casa.

O SR. DR. ROSINHA - Quero, em cima do que o Deputado Toti falou, quero fazer o seguinte comentário: alega-se que está em regime de urgência, e por isso tem pressa de votar. É uma alegação que sabemos que a pressa é muito relativa.

A CPI do Porto de Paranaguá está em regime de urgência há um ano. Não vai nem para a C.C.J. para ser analisado. O decreto legislativo, de nossa autoria, já foi aprovado em regime de urgência neste Plenário, e a C.C.J. ainda não analisou, porque aqui, é em cima de interesses que se faz o regime de urgência.

E entendemos que na C.C.J., onde poderia ocorrer todo o debate, ouvindo as instituições, as entidades, não está se dando o debate necessário. Podemos cometer injustiças enormes aprovando o substitutivo do Deputado Trevisan, e gostaria que ele fosse para a tribuna e explicasse como funciona uma tabela progressiva, para que todos possamos compreender a explicação de como se faz todo o cálculo de qualquer tipo de ação, com quadro negro se for preciso, giz, para que o Deputado exponha para todos nós a tabela progressiva.

Pela ordem, concedo aparte ao Deputado José Maria, Edgar Bueno, Luiz Carlos Alborghetti e depois, Caíto Quintana.

O Sr. José Maria Ferreira - Agradeço pelo aparte, e gostaria de corroborar com o vosso pronunciamento, quando afirma que precisamos discutir melhor esse projeto.

Ora, o Judiciário, que é a quem cabe compilar e estabelecer esta tabela, teve um prazo muito grande para

realizar este trabalho. Cabe a esta Casa, está cabendo a esta Casa, um prazo curto para análise de um projeto que tem uma profundidade muito extensa no seio da sociedade. Qualquer cidadão que precisar de uma certidão, de uma declaração, de um reconhecimento de firma, vai pagar, e observamos aumentos de 100, 200, 600%. 600% está na tabela 14. 900% está na tabela.

O Deputado Eduardo Trevisan, relator do projeto, melhorou o substitutivo. Melhorou, não podemos negar. A tabela progressiva traz um novo ingrediente à questão, só que no projeto anterior que vige, as tabelas são mais extensas nas suas faixas. No substitutivo, as tabelas ficaram mais estreitas. Houve avanço, mas entendo que ainda podemos melhorar o projeto.

Tive informação de vários cartórios e cartorários da nossa região, protestando contra a elaboração. Ora, se formos elaborar uma tabela que há anos está aí, podemos melhorá-la e oferecer algo melhor ao Judiciário e aos que pagam as custas, que é a sociedade.

Há que se dar mais tempo. Proponho a retirada, porque podemos constituir com a presença dos interessados, discutir, e aí sim, oferecer um projeto que atenda a sociedade paranaense.

Esta é a minha questão, e Vossa Excelência está de parabéns pelas emendas que apresentou e quando levanta a questão, nesta tarde, e com certeza terá o apoio de todos os Srs. Deputados, que tenho certeza, inclusive, do relator que quer oferecer à sociedade um projeto que atenda os interesses de todos nós.

Muito obrigado.

O Sr. Edgar Bueno - Gostaria de me somar a esta preocupação, e parabenizá-lo, até por Vossa Excelência ter levantado um assunto tão preocupante e de grande interesse público. Realmente não tivemos tempo para debater e buscar atender o interesse público nesta questão da justiça. O Judiciário é caro, não é acessível e a população tem uma grande preocupação, hoje, porque ela, realmente, não consegue pagar todas essas coisas. Ora, há uma preocupação da sociedade como um todo, e ela está se manifestando.

Por isso, já me somei a um requerimento do Deputado Caíto Quintana, no sentido de retirarmos por 10 sessões, para que possa ser discutido, para que os Deputados possam analisar isso profundamente, e vamos, inclusive, apelar ao Líder do Governo - Valdir Rossoni,

que concorde com essa retirada, para que possamos fazer uma análise profunda do interesse público, principalmente. Temos que olhar o interesse de cartorários, mas temos que entender, olhar, os interesses da população, e é nesse sentido que me somo à sua preocupação.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado Rosinha, o Deputado Basílio Zanusso, que representa a nossa banca, fará uso da tribuna, mas deixa desde já hipotecada a minha solidariedade com os companheiros aqui presentes. Gostaria que esse projeto fosse retirado da Ordem do Dia de hoje, a partir de hoje, por 20 sessões, porque este projeto é muito delicado.

O Sr. Caio Quintana - Ora, Deputado, creio não ser necessário tratar em horário especial este projeto, porque Vossa Excelência está conduzindo bem e permitindo, inclusive, os apertes dos Parlamentares. Uma coisa se percebe, não se trata assunto dessa envergadura vindo na Assembleia, cercando conversações com um, dois Parlamentares.

Você me desculpe, a Associação dos Serventuários, se quiser tratar do assunto, vem e trata com a Assembleia Legislativa, com os Parlamentares, argumente o que tem que argumentar. Coloco-me numa situação profundamente delicada, sou cartorário, conheço as questões de custas de cartórios, mas têm danos aqui apresentados pela Associação, segundo o próprio relator, foi assessorado pela associação, que fere os próprios cartorários pequenos. Os cartorários que não estão conseguindo sobreviver com custas, no interior do Estado, ficam prejudicados em detrimento dos cartórios grandes, tem paradoxos.

Iria argumentar sobre isso, sabe Deputado Rosinha, mas Vossa Excelência está conduzindo bem, como digo, é melhor que conduza Vossa Excelência.

Então, por exemplo, até as contribuições, que por incrível que pareça, cada ato praticado por cartórios, recolhe-se para a Ordem dos Advogados do Brasil, para a Associação Paranaense do Ministério Público, para a Associação da Magistratura e para a Associação dos Serventuários.

O SR. DR. ROSINHA - Vou colocar a CUT também.

O Sr. Caio Quintana - Cada ato foi de 0,65 URV, para...

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Caio, mas nessa, tem uma emenda do Deputado Rosinha, que extingue essa tabela.

O Sr. Caio Quintana - Então, a emenda do Deputado Rosinha, não foi votada!

O Sr. José Maria Ferreira - Essa foi.

O SR. DR. ROSINHA - Só na C.C.J., aqui no Plenário, não.

O Sr. Caio Quintana - As tabelas de

custas, exatamente estão diminuindo os valores nos custos das escrituras, que são feitas em todo o interior do Estado em detrimento e crescimento das escrituras que são sempre valorizadas.

Tenho dados aqui, por exemplo, a certidão extraída de autos, livros, os documentos pela primeira folha, houve um aumento de 175% num substitutivo. Não é possível que esta Assembleia possa votar sem discutir, aumentar de 15 para 40 a primeira via de uma certidão, porque no serviço público você precisa de uma cópia de uma certidão, vai lá e solicita, o cartório tira, estamos aumentando.

Também queria chamar a atenção dos Srs. Deputados para uma coisa muito importante que está se votando nesta Casa. Quando fala-se em números, esquecemos isso: o artigo 101, letra "c", da Constituição do Estado do Paraná, diz que compete privativamente ao Tribunal de Justiça a criação e extinção de cargos e a fixação de vencimentos dos magistrados, dos juizes de paz, dos servidores auxiliares e dos juizes que foram vinculados.

Até hoje, Deputado, e sou contra isso, mas até hoje se respeitou nesta Casa que a matéria vinda do Judiciário, pela competência do Judiciário, pela independência do Judiciário, pela sua necessidade de poder organizar os seus quadros, não cabe alteração aqui nesta casa. Chamo a atenção do seguinte: estamos, a partir de hoje, se votarmos isso, inovando, e vamos inovar e continuaremos inovando na subdivisão do Judiciário, que está para votar neste Poder. Se aceitarmos emendas substitutivas neste projeto, vamos aceitar em todas as matéria vindas do Judiciário, daqui para a frente.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção do Deputado Caio Quintana, e de todos os Deputados que fize-

ram intervenção até agora, somando-se à nossa proposta de adiar a votação, para formar uma comissão supra-partidária para analisar.

Ontem, falei sobre o casamento. Para se casar, estão aumentando o valor na porcentagem. Agora, para se separar, vejam os Srs. Deputados, divórcio sem bem nenhum, aquele que deve ganhar salário mínimo, tem que pagar R\$ 150,00 para o escrivão. Se o divórcio tiver qualquer bem, porém for um divórcio amigável entre as duas partes, sem problema nenhum, além dos R\$ 150,00, tem que pagar, pela tabela proposta pelo Deputado Eduardo Trevisan, mais R\$ 1.480,00. É uma barbaridade. Primeiro, impedem de casar, depois, impedem de separar.

Temos que discutir estas tabelas, porque todos necessitamos da Justiça, seja no botar o carimbo numa firma reconhecida, ou seja para registrar o casamento, o lote, ou qualquer coisa. Independentemente de que classe social somos, necessitamos de cartório para poder levar a nossa vida normalmente.

Srs. Deputados, o Cartório Cível e o da Família, estão dentro dos fóruns aqui em Curitiba, não pagam água, luz, nem serviço de limpeza. Quem paga é o Tribunal de Justiça, ou seja, o erário público. Isto está sendo mantido em todas as leis, quer dizer, já têm privilégios estes cartórios, e no entanto, são mantidas. A discussão tem que ser com muito maior profundidade.

Devo estar levantando aqui nesta tribuna, com o aparte dos Deputados que contribuíram, cerca de 10% do que tem na tabela. Se avançarmos mais, vamos ver que tem que ser discutido inteirinho.

Concedo aparte ao Deputado Ricardo Chab, e depois ao Deputado Emerson Nerone.

**O Sr. Ricardo Chab** - Quero só dizer aqui que concordo com a explicação do Deputado Rosinha, e quero deixar claro que vim disposto à esta Sessão para votar contra, porque 90% do Plenário não conhece o projeto, que foi levado a toque de caixa nesta Casa.

Acho que restabelecer o princípio da discussão é o mínimo que nós Parlamentares temos que fazer, e de repente isso vai arder lá no povo. No momento em que clamamos "pelo amor de Deus" para que a Certidão de Nascimento seja gratuita, para que a Certidão de Óbito seja gratuita, porque estou cansado de pagar Certidão de Óbito para as pessoas que não têm como requerê-la, isso

acontece comigo com uma certa frequência, Certidão de Nascimento, então, nem pensar. Então, é inconcebível que esta Casa, a toque de caixa, aprove aumento em cima disso.

Temos que restabelecer o princípio de viver em sociedade. Acho que o cartório está aí para contemplar aquele que não tem, e não tirar daquele que não tem.

Deputado Rosinha, parabéns, e pode contar com o Deputado Ricardo Chab.

**O Sr. Emerson Nerone** - Deputado Rosinha, apenas para lembrar, porque o senhor tocou no ponto sobre a necessidade do regime de urgência ou não, só para lembrar, esta tabela está sendo editada por portaria desde 1982. Ela vem sendo renovada através de reajustes por Portaria do Tribunal.

Em 1997, aconteceu que o Supremo deu ganho de causa ao Madin, a OAB, determinando que de fato, qualquer tipo de tributo tem que ser votado pela Assembleia Legislativa. É só por este motivo a urgência, mas esta urgência não nos dá o direito de, a toque de caixa, ao invés de acolher o pedido do Tribunal, da tabela já vigente, já discutida durante estes anos, de nós, a toque de caixa, através de um substitutivo, alterarmos completamente os valores numa outra visão, através de percentuais e de outras visões completamente diferentes dessas que estão aí, sem discutir amplamente com todos os interessados neste caso.

Então, a minha opinião é que devemos retirar este projeto, ou num segundo momento, a minha opinião seria que votássemos em 3 discussões a tabela atual, sem que hajam alterações por parte deste Parlamento, para que daí, num segundo momento, criemos a oportunidade, quer dizer, do Tribunal, através de uma discussão ampla, fazer com que uma nova tabela seja editada, mesmo porque há distorções. As suas emendas propostas na C.C.J. mostram que há distorções, mesmo na tabela original.

Portanto, como não é, me parece, esta a vontade, ou pelo menos o substitutivo vem de alguém que compõe a maioria nesta Casa, há necessidade da retirada, exatamente porque, me parece que o Deputado Eduardo Trevisan vem com o substitutivo que faz parte de um entendimento dentro da bancada majoritária desta Casa.

Neste sentido, é que proponho que os Deputados votem a retirada do projeto por 10 Sessões, para que possamos

saber que caminhos, e de que forma vamos explicar, pelo menos para o Paraná, o porquê deste aumento absurdo em algumas faixas da tabela, sem nenhum tipo de discussão com a sociedade civil.

Obrigado.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção dos Deputados.

Por último, quero chamar a atenção, por exemplo, a tabela 11, atos dos tabeliães - o reconhecimento de firma do item 1 tem um outro absurdo - incluem-se neste item as letras "a" e "b", como reconhecimento de firma. Se o documento tiver valor declarado, vamos supor, que um cidadão bastante pobre compre um fusca, no valor de 1.500 reais, é um documento com valor declarado. Custará a autenticação, ou seja, o reconhecimento de firma, R\$ 3,27, porque é um valor declarado. Se não tiver o valor declarado, será cobrado R\$ 1,63. Quer dizer, o trabalho do cartorário é o mesmo. É encontrar o cartão, colocar o carimbo e assinar. Agora, porque um coitado gastou para comprar um fusca, e agora está tendo que reconhecer este documento, esta autenticação, ele vai ter que pagar um valor superior ao outro, no mesmo ato cartorário.

Agora, se compararmos isso que está na tabela, no substitutivo do Deputado Eduardo Trevisan, comparar com o documento que ora está em vigor, terá um acréscimo de 324,67%, e se o valor for não declarado, o acréscimo será de 111,69%, só neste ato de colocar o carimbo de reconhecimento de firma.

Srs. Deputados, o Governo do Brasil tem feito, inclusive, muita propaganda, até demais, para dizer que no Brasil não tem inflação, felizmente não tem inflação, a inflação está lá embaixo. A inflação acumulada deste ano não chegou a 6% do acumulado. No entanto, os reajustes propostos no substitutivo, todos eles são acima de 100%, quer dizer, totalmente oposto a qualquer política econômica do nosso Governo, aviltando o cidadão, independente de que classe social seja, porque todos necessitam de cartório, até aqueles que cometem crime precisam ir ao cartório criminal, para responder às suas ações. Quer dizer, todos necessitam.

Então, quero fazer um apelo ao Deputado Anibal Khury, Presidente desta Casa, gostaria que fosse constituída uma comissão suprapartidária, para discutir todas as taxas cartorárias, e também, Deputado Anibal Khury, sabemos

que há urgência na legalização das taxas-horas cobradas, a nossa proposta é de que se vote a tabela-hora em vigor, e que possamos, nessa comissão suprapartidária, em 180 dias, elaborar uma nova proposta, onde pode aumentar custas, mas também pode diminuir custas, porque nessas tabelas não há questão o direito adquirido.

Esse é o apelo que faço ao Presidente desta Casa e a todos os Srs. Deputados. Propomos isso, inclusive no Horário da Liderança do PT, em nome da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Venho a esta tribuna para uma solicitação rápida, porém de muita importância na discussão que se faz hoje a respeito de dívidas do agricultor do Estado do Paraná.

Está tramitando nesta Casa um projeto, já discutido em diversos encontros, inclusive com membros do Governo, extra-oficialmente, que estabelece normas para cálculo de débitos de dívidas securitizadas, que tenham como origem financeira o Programa Panela Cheia.

Justifico, Sr. Presidente, da preocupação no dia de hoje e solicito a compreensão da Liderança do Governo, no que diz respeito a essa preocupação, porque no dia 30 deste mês de outubro, vence a primeira prestação das dívidas securitizadas.

Houve uma resolução do Conselho Monetário Nacional e o Banco central concedendo prorrogação das dívidas aos agricultores que securitizaram. No entanto, temos no Estado do Paraná, aproximadamente 14.348 pequenos agricultores, que têm os seus contratos securitizados originários do Programa Panela Cheia. E por um entendimento do contrato de adesão bancário, o banco desconsiderou a relação de dívida na equivalência-produto, passando para o juro convencional de mercado, esses contratos de origem do Panela Cheia.

O nosso projeto é um projeto simples e de justiça, porque ele única e exclusivamente chama a atenção para a cláusula 6ª do contrato de adesão do financiamento do Panela Cheia, que diz o quê: diz que quando o agricultor optar pelo pagamento de juro do mercado, a diferença que existir entre o financiamento por equivalência-produto e o juro será coberto pelo FDE - Fundo de

Desenvolvimento Estadual. Está escrito no contrato.

Estamos sugerindo exatamente isso: que o FDE assuma a diferença na securitização, em favor do pequeno agricultor.

Aparentemente estaríamos determinando ao FDE um custo elevado. Não, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. O custo fornecido numa análise, caso a caso, pelo Banco do Estado do Paraná, atinge 1 milhão e 520 mil por ano, durante 7 anos. 1 milhão e 520 mil por ano!

Só chamo a atenção de um dado, sem polemizar nesse instante, porque não é do meu feitio colocar, quando se busca benefício e justifica para uma classe, polemizar politicamente, mas os dados colocados pelos próprios integrantes do Governo, de apoio, por exemplo, a instalação de uma única empresa, feita pelo FDE, é de 300 milhões de reais, para contemplar 14.530 pequenas propriedades é 1 milhão e quinhentos mil reais, apenas levando uma questão de justiça, porque há um contrato de adesão firmado entre o Banco e a parte que financiou.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos pedindo regime de urgência, e gostaríamos de votar isso, o quanto antes possível, nesta Casa, para que o agricultor, quando tivesse o vencimento da sua prestação, já tivesse a definição dessa questão do preço pela correspondência-produto.

E chamo a atenção, da mesma forma, Deputado Toti, que alguns imaginam que o agricultor vai ser obrigado a pagar, porque este projeto não foi votado, não vai obrigado, não, porque ele securitizou, e a lei federal autoriza a todos aqueles que securitizaram, rolar essa dívida para o final.

Portanto, ela será rolada, só que ela será rolada, enrolada, sem saber o seu valor, ao passo que se votar este projeto, a questão já se define.

Agradeço, Sr. Presidente, e gostaria que a Assembléia Legislativa tomasse conhecimento disso, são 14.520 pequenas propriedades agrícolas que serão beneficiadas. Agricultores que estão em risco de deixar a sua propriedade, por não poderem pagar, que têm o direito assegurado no contrato do Painel Cheia de pagar na equivalência-produto, e que agora correm o risco de serem jogados como o médio e o grande nos juros de mercado.

Concedo o aparte ao Deputado Toti.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Caíto, tenho me valido desse seu projeto de lei que está tramitando em diversas reuniões que tenho realizado no interior do Paraná. É até adiantado que este projeto de sua autoria seria votado nas próximas semanas, para corrigir exatamente uma injustiça que foi feita com aqueles pequenos agricultores, que tiveram o seu financiamento através do Painel Cheia.

Vossa Excelência está coberto de razão, e é claro que se esta Casa acelerar, em regime de urgência, o seu projeto de lei, haveremos de salvar milhares de pequenos agricultores. A preocupação do agricultor, Caíto, é que não os deixa dormir, ficam doentes, em razão de não poderem honrar seus compromissos, sabendo que se tivessem feito através do Painel Cheia, hoje o próprio FDE estaria cobrando aquela diferença de preço, diferença de mercado, como ocorreu nestas últimas safras.

Muito obrigado, e parabéns a Vossa Excelência. Conte com o nosso apoio.

O Sr. Orlando Pessuti - Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Caíto, gostaria que os demais Deputados atentassem para a leitura que vou fazer, do ofício que recebi agora de manhã, do Dr. Paulo Janino Júnior, que é diretor de crédito rural e de operações especiais do BANESESTADO.

(Lê): "Senhor Deputado.

Em atenção ao seu Ofício nº 624/97/GAB, por meio do qual Vossa Excelência solicita recálculo das dívidas incluídas no Projeto de Securitização da Dívida Agrícola, informamos o que segue:

1. Por ocasião da efetivação do alongamento das dívidas, o BANESESTADO efetuou os cálculos em conformidade com a Lei Federal nº 9138 e a Resolução nº 2238 do Conselho Monetário Nacional, ou seja, considerando-se, para fins de securitização, o saldo devedor do cliente em 30.11.95.

2. O BANESESTADO seguiu rigorosamente a metodologia de cálculo prevista nos referidos normativos, conforme descrito:

- Para fins de alongamento de dívidas vencidas até 30.11.95, o total do saldo devedor deve ser calculado com base nos encargos financeiros previstos nos contratos originais para a operação, enquanto em curso normal, até a data do vencimento pactuado. A



partir do vencimento e até 30.11.95, incidirão os encargos financeiros totais até o limite de 12% a.a., mais o índice de remuneração dos depósitos de poupança'. (Resolução CMN 2238, Art. 1º, inciso VI).

- 'Para fins de alongamento de dívidas vencidas ou vincendas após 30.11.95, o total do saldo devedor deve ser calculado com base nos encargos financeiros previstos nos contratos originais para a operação enquanto em curso normal, até a data limite de 30.11.95'. (Resolução CMN 2238, Art. 1º, inciso VII).

- 'A quantidade de unidades equivalente em produto, a ser apurada no ato do alongamento da dívida, corresponderá à divisão do valor total refinanciado, acrescido de taxa efetiva de juros de 3% a.a., capitalizados anualmente, pelos preços mínimos básicos dos produtos. (...)'. (Resolução CMN 2238, Art. 6º, inciso I).

3. Equivocadamente, alguns agricultores estão confundindo o Programa Panela Cheia do Governo Estadual com o Projeto de Securitização do Governo Federal. No Programa Panela Cheia, as operações foram contratadas através de cédulas rurais regidas pela legislação de crédito rural, com cláusulas de encargos financeiros que previam TR + juros e outras condições vigentes na época.

4. Juntamente com a cédula rural, por meio do "Termo de Adesão" ao Programa de Equivalência em Produto Panela Cheia, foi dada a opção ao produtor de pagar em correspondente valor do produto, desde que o mesmo cumprisse determinadas cláusulas no referido Termo.

5. O convênio entre o BANESTADO e o Governo do Estado, através das Secretarias de Estado da Fazenda e da Agricultura, previa que o BANESTADO poderia sacar do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, os valores despendidos com o recebimento das diferenças entre os valores dos produtos e os valores calculados pela TR + juros.

6. Numa das cláusulas do Termo de Adesão, previa-se, também, a perda da equivalência em produto, caso a operação fosse liquidada antecipadamente.

7. Por ocasião da securitização das dívidas, conforme Resolução nº 2238 do Conselho Monetário Nacional e Lei Federal nº 9138, as operações do Panela Cheia foram liquidadas, porém, foi dada a opção aos mutuários de continuarem no Programa Panela Cheia ou passarem para a securitização das dívidas do Governo Federal.

8. Mais de 60% dos mutuários, aproximadamente 15.000, optaram por continuar recebendo os benefícios do Programa Panela Cheia e suas dívidas continuam com os vencimentos originais, sendo algumas até 1999. Outros 10.000 produtores optaram pela securitização, com vencimentos finais previstos entre os anos de 2002 e 2005, portanto, de 03 a 06 anos além do prazo previsto para o referido Programa.

9. A elevação na quantidade de produto calculada na securitização, em comparação com a quantidade de produto do Programa Panela Cheia, deve-se à capitalização dos juros de 3% ao ano, pelo prazo de 07 a 10 anos.

10. Com relação ao alongamento da primeira parcela por mais um ano, trata-se de operação já securitizada mediante títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, sendo que qualquer incremento no regulamento dependerá do Conselho Monetário Nacional, o que não nos permite emitir um parecer conclusivo a respeito.

Finalizando, esclarecemos que, até o momento, não há nenhum comunicado oficial do Governo Federal a respeito de recálculo das dívidas já securitizadas.

Atenciosamente, Paulo Janino Júnior, Diretor de Crédito Rural e de Operações Especiais".

Estamos realmente preocupados com essa questão. Recebi agora de manhã essa correspondência do Banco do Estado, recebi também uma do Banco do Brasil, acerca do documento anteriormente enviado, aquele primeiro documento da securitização, dizendo que o Banco do Brasil está cumprindo à risca a Resolução 2433. É evidente que o BANESTADO é uma coisa diferente, porque estamos discutindo a questão do Panela Cheia.

Então, fiz estes comentários para que Vossa Excelência tenha conhecimento. Vamos providenciar cópias desses documentos a Vossa Excelência e aos demais Deputados. Mas também, dizer que, mais urgente se torna a necessária discussão do projeto de Vossa Excelência e a aprovação dele, para que possamos solucionar o problema desses mais de 14 mil produtores rurais que estavam no Programa Panela Cheia, e que agora estão securitizados.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Pessuti, é claro que o programa de equivalência-produto, não se discute, em absoluto, o critério da securitização. Discute-se o valor da dívida no instante da securitização. E oferecemos, inclusive, no projeto, Deputado



Pessuti, um cálculo simples, dizendo que o valor a ser securitizado é o fruto do valor devido, dividido pela quantidade do produto. O preço médio da semana vai determinar se devia tantas mil sacas de soja, multiplica isso pelo valor médio da semana, vai atingir um valor, e esse valor é o valor a ser securitizado. Se houver diferença, essa diferença será coberta pelo FDE. Não estamos propondo que o Sistema Financeiro Estadual venha cobrir. Estamos propondo aquilo que foi exatamente convencionado no Contrato de Adesão.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, me informaram, inclusive, parece que o Deputado Basílio Zanusso é o relator do presente projeto, de que apresentássemos o parecer na C.C.J., para podermos discutir e trazer em Plenário para a discussão e aprovação, se possível, o quanto antes possível, porque é o momento em que precisamos de algum tipo de alento à pequena propriedade do Estado do Paraná, que está muito confusa nessa questão de securitização, de transferência, de valor de dívida, de ter que provar em Banco a sua incapacidade de pagar. E acho que pelo menos naqueles que têm um programa dentro do Estado do Paraná, seria possível resolver através desse projeto de lei.

Agradeço a atenção dos prezados companheiros, e espero a votação breve desse projeto, em favor da pequena agricultura do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia fazer da tribuna qualquer consideração acerca do projeto de lei de iniciativa do Poder Judiciário que esta Casa aprecia em 1ª Discussão, nesta oportunidade. Até porque, na condição de serventuário da Justiça, considero-me impedido de votar esse projeto.

E por último, porque estive no gabinete do Presidente da Assembléia antes desta Sessão iniciar, e conversei com o Presidente Deputado Anibal Khury acerca do projeto, isto porque nesta Casa, entre vários Deputados, muitas dúvidas, muitas interrogações, sobre as quais falou o Deputado Rosinha na tribuna, levando e apresentando a nós seus colegas, alguns números que realmente considero relevantes para

que a Presidência da Casa constitua uma Comissão Interpartidária, ou uma forma ou outra qualquer, para que se vote esse projeto com o conhecimento dos seus membros plenamente.

Apenas para aduzir ao que falou o Deputado Rosinha, não só as tabelas a que ele referiu-se, os valores que ele referiu-se, mas no seu geral, no seu todo, o Regimento sofre alterações para mais, com exceção das pequenas propriedades, onde estão encravadas nas pequenas cidades, onde existem as pequenas serventias, pequenos cartórios, tabeliães e oficiais do Registro Civil, que lá acumulam as funções de Registro Civil e do tabelionato. As tabelas foram alteradas em muito. Mas os valores menores, repito, em alguns casos, existem reduções de custas judiciais. O contribuinte vai pagar menos, e evidentemente, o oficial da pequena cidade vai receber menos. E acresce com a elevação das tabelas, privilegiam as grandes cidades.

Sr. Presidente, por ter sido citado durante as intervenções que o Deputado Rosinha permitiu de sua fala, não podia deixar de vir aqui, até porque, estamos discutindo esse projeto, porque o órgão especial do Tribunal de Justiça que baixou a Resolução 07/95, foi suspensa pelo Supremo tribunal, em virtude de ação direta de inconstitucionalidade. Por que? Porque o Poder competente para votar essa lei era este, com a sanção do Sr. Governador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais confortável para esta Assembléia, quando o Poder Judiciário mantinha competência para regulamentar, votar, baixar resolução estabelecendo o regimento de custas. Mas agora, passando por esta Casa, por suas Comissões Técnicas, pela sanção do Governador, já que atinge a todo cidadão paranaense, é bom que esta Casa apele ao Sr. Presidente para que reexaminemos, que possamos examinar a matéria com mais afinco. De um lado, precisamos votar com urgência, também por outro lado, é preciso que tenha esta Casa o Parlamentar defendendo os interesses da população.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Basílio Zanusso, permite-me um aparte?

(Assentimento)

Ouvi com atenção seu pronunciamento, até porque Vossa Excelência é cartorário antigo, como eu, também conhece a tabela, conhece as dificuldades de alguns cartórios e a arrecada-

ção de outros, e claro que é um assunto que precisa ser discutido.

Parabenizo Vossa Excelência pelo discernimento de tratar o assunto, quando deveríamos corporativamente tentar, única e exclusivamente, aumentar a nossa preocupação. A tabela, já que será feita através de lei, que seja bem feita.

Concordo com Vossa Excelência, este é o Poder que terá que fazê-lo, mas terá também que discutir, para que amanhã não tenhamos feito um "monstrengo" pela celeridade do processo.

E aproveito o aparte para uma colocação à Associação dos Serventuários da Justiça. Esta Casa que possui diversos serventuários da justiça como profissão, deveria, pelo menos discutir, explicar para nós as razões de tabela que estão apresentando, e não desconsiderar a existência de Parlamentares, que conhecem realmente o processo.

Antecipo a Vossa Excelência que temos tido conversação de Plenário e com a Mesa, para efetuar a votação apenas da mensagem do Judiciário. Que é correta. É de sua exclusiva competência, para que possamos, na sequência, discutir o substitutivo com mais calma, e com mais cautela, e podermos fazer alguma coisa que contemple os interesses do bom andamento da prestação de serviço à população.

Parabéns, Deputado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Obrigado, Deputado Caíto Quintana. Vossa Excelência acabou de ocupar a tribuna neste instante, concitando, pedindo, conclamando os Deputados para tomarem conhecimento do projeto de lei que visa atenuar as situações de milhares de lavradores que têm dívidas com o Banco do Estado, ainda do Projeto Panela Cheia.

É realmente um dos assuntos mais importantes que esta Casa discute presentemente, em função do quê? Das dificuldades que atravessa a agricultura, Sr. Deputado, tão bem conhecido por Vossa Excelência e pelos demais colegas desta Casa.

Por isso, que em matéria dessa ordem, temos que ter os pés no chão, estudar com a responsabilidade dos nossos mandatos. Não faltaremos aos Srs. Serventuários, já que há necessidade que se vote a lei, mas também precisamos fazê-lo com vagar, com estudo, com análise necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

# ORDEN DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 094/97, subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando providências para que seja marcada a data de 19 (dezenove) de novembro do corrente ano, às 16:00 horas, para a sessão solene de entrega de Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Erondy Silvério, concedido pela Lei nº 11.177/95, por proposição de nossa autoria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelos Senhores Funcionários do Grupo INEPAR S/A, constante do expediente, comunicando aos Senhores Deputados do Paraná, a decisão histórica do Grupo INEPAR, através do seu Presidente Doutor Atilano de Oms Sobrinho, de transformar todos os funcionários em acionistas participantes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Wal-mor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Júlio Ando, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 414/97. **Retirado pelo autor.**

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Apenas um comunicado à Casa. Havia comunicado aos Senhores Deputados que dia 30, 31 e 01 teremos um fórum na região do Nelson Tureck e, fora transferido para o dia 13, 14 e 15 do mês de novembro/97. Então o comunicado de ontem fica alterado esse encontro. Um encontro muito importante na Região de Campo Mourão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede ao Senhor 1º Secretário que proceda a leitura de um comunicado dos representantes dos funcionários do Conselho de Administração do Grupo INEPAR e Coordenador da AFISA, pela relevância da matéria a Presidência entende que o Plenário deve tomar conhecimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Procede a leitura do comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni, Pela Ordem.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, recebi o mesmo comunicado que foi lido pelo 1º Secretário da Casa. A Liderança do PT também recebeu cópia.

Gostaria de me manifestar em nome da Bancada do PT de que nós aqui na Assembléia e até eu em especial sou um dos críticos mais ardorosos em relação aos processos que dizem respeito à relação desta empresa com o Go-

verno do Estado do Paraná, em especial com a COPEL. Fundamentalmente quando aconteceu o problema da venda das ações da COPEL e no caso da Companhia do Gás, tivemos a presença do Doutor Atilano aqui na Assembléia, mas não posso deixar de reconhecer esta atitude da empresa com as necessidades dos trabalhadores. Por ocasião da minha campanha para Prefeito de Curitiba, tive oportunidade de visitar 29 empresas da Cidade Industrial de Curitiba e entre elas, visitei a INEPAR. Pude constatar a maneira como os funcionários desta empresa têm uma relação diferenciada do ponto de vista do conflito capital e trabalho e acho que esta atitude da abertura do capital transferindo seus lucros de forma acionária para que os funcionários detenham essa participação, acho que nos dias de hoje é uma das medidas muito importantes para fortalecer os trabalhadores das empresas do nosso País.

Estão de parabéns os funcionários, está de parabéns a empresa que assim o procede. Só esperamos que as ações da INEPAR não tenham tido o mesmo resultado que outras ações tenham tido em função do descalabro que aconteceu nas Bolsas do mundo inteiro, principalmente com a queda das ações de Hong Kong que se abateu por todos os empreendimentos de Bolsa do mundo inteiro e nós sabemos que a INEPAR é um dos grandes acionistas de Bolsa no Brasil e no resto do mundo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, historicamente, aqui dentro desta Casa tenho sido um questionador da empresa INEPAR, mas tenho que reconhecer que esta empresa tem dado boas lições do ponto de vista da gerência empresarial e no momento da desparalização da economia do nosso Estado, o Grupo INEPAR tem dado mostras de crescimento econômico e fundamentalmente tem inovado na forma de gerenciar. Quero dizer a Vossa Excelência que estarei presente na INEPAR se for bem recebido para participar dessa cerimônia. Acho que devemos prestigiar as poucas empresas paranaenses que ainda restam e a INEPAR tem se tornado uma multinacional bem sucedida, graças à capacidade empreendedora dos seus dirigentes, especialmente do Doutor Atilano.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

## ITEM 01

## VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 042/97, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Câmara Júnior de Boa Vista da Aparecida, com sede e foro no Município de Boa Vista da Aparecida. **Aprovado.**

## ITEM 02

## VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 248/97, de autoria do Deputado Duffio Genari, que declara de Utilidade Pública o Centro de Proteção da Vida de Assis Chateaubriand, com sede e foro na Cidade de Assis Chateaubriand. **Aprovado.**

## ITEM 03

## VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 458/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores Rurais Volantes do Município de Marilândia do Sul - ATRUV, com sede e foro na Cidade de Marilândia do Sul. **Aprovado.**

## ITEM 04

## VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 467/97, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Santa Amélia, Mantenedora do Hospital Dona Vitória Pavan, com sede e foro no Município de Santa Amélia. **Aprovado.**

## ITEM 05

## VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/97, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica dos consumidores cujas propriedades sejam utilizadas para fins residenciais, que sejam monofásicas, da área urbana ou rural, cujo consumo de energia no mês não seja superior a 30 kwh (COPEL). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F., APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda. **Aprovada.**

O projeto irá à Redação Final.

## ITEM 06

## VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Octávio Cesário Pereira Júnior. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 07

## VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Rafael Iatauro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 08

## VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que assegura a propriedade do imóvel, registrado sob a Matrícula nº 15.137 do Registro de Imóvel da 3ª Circunscrição desta Capital, ao Serviço de Loteria do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa as Tabelas de Custas dos Atos Judiciais no Estado do Paraná, na forma da Lei nº 6.149, de 09 de setembro de 1970. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO E EMENDAS DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 414/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - As Tabelas de Custas dos Atos Judiciais a que se refere o artigo 49, da Lei nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, passam a ser as constantes desta Lei (Tabelas I a XXI, em anexo).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.97.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VRC = 0,077

TABELA I

ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA

SECRETARIAS

Lei nº 8678 de 22/12/87 Publicada no Diário Oficial 28/12/87.

Resolução nº 03/92, alterou as custas das tabelas em anexo.

	VRC	VLR
I - Quaisquer recursos interpostos junto ao Tribunal de Justiça ou de Alçada e para Tribunal Superior.....	37,01	2.85
II - Reclamações, Correções Parciais e Conflitos de Competência.....	37,01	2.85
III - Mandado de Segurança .....	37,01	2.85
IV - Ação rescisória - 4% (quatro por cento) sobre o valor da causa: mínimo .....	18,87	1.43
máximo .....	74,03	5.70
V - Deserção .....	37,01	2.85
VI - Alvarás, Ofícios, Editais e Traslados: a) - uma folha .....	2,99	0.23
b) - por folha que exceder .....	1,43	0.11
VII - Carta Precatória, Carta de Ordem, Carta Rogatória e Carta de Sentença .....	22,21	1.71

OBS: a este valor será acrescentado o montante necessário para o porte postal devido para a devolução.

NOTAS 1. Nos demais processos originários e nos casos omissos, cobrar-se-ão as mesmas custas fixadas para a Primeira Instância.

2. As custas previstas nesta tabela serão pagas antecipadamente.

3. A arrecadação total será destinada à Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

## TABELA II

## ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA

## SECRETARIOS

	EM VRC	VLR
I - Certidões:		
a) - Pela primeira folha .....	2,21	0,17
b) - Por folha que exceder ....	0,65	0,05
II - Registros de Diplomas de bacharéis ou cartas de doulores em direito .....	11,04	0,85
III - Autenticação de xerocópias e fotocópias extraídas de processos arquivados ou em andamento na Secretaria ...	0,39	0,03

NOTA: O recolhimento do C.P.C das custas devidas pelo atos praticados é de 6%, conforme Lei nº 10.546/93.

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

## TABELA III

## SECRETARIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

	EM VRC	VLR
I - Certidões:		
a) - Pela primeira folha .....	1,43	0,11
b) - Por folha que exceder ....	0,65	0,05
II - Autenticação de xerocópias e fotocópias extraídas de processos arquivados ou em andamento na Secretaria ...	0,39	0,03

NOTA: O recolhimento do C.P.C das custas devidas pelos atos praticados é de 6%, conforme Lei nº 10.546/93.

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

OBS: As tabelas IV (JUIZES DE DIREITO) e V (JUIZES SUBSTITUTOS) foram suprimidas.

# TABELA VI JUIZES DE PAZ.

- I - Pela arrecadação provisória de bens de defunto, de ausentes ou vagos. 25

NOTA 1- As despesas de conservação e guarda de bens arrecadados serão pagas a parte

NOTA 2- Pela diligência de casamento em cartório ..... 100 VRC  
Pela diligência de casamento fora de cartório ..... 200 VRC

OBS.: Revogada a Instrução n.º 01/89 do C.J.

OBS.: A presente tabela será aplicada até a regulamentação do art. 98, II da Constituição Federal.

OBS.A Tabela VII (ATOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO), por força constitucional, foi suprimida.

# TABELA VIII ASSOCIAÇÕES

	EM VRC	VLR
I - A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná .....	0,65	0.05
II - A Associação Paranaense do Ministério Público .....	0,65	0.05
III - A Associação dos Magistrados do Paraná .....	0,65	0.05
IV - A associação dos Serventuários de Justiça do Estado do Paraná ,	1,65	0.05

OBS: - O pagamento das taxas da presente Tabela é devida pelos Serventuários, sendo deduzida de suas custas nos atos sobre os quais incide o C.P.C.

## TABELA IX

ATOS DOS ESCRIVANES DO CIVEL, FAMILIA  
e DA FAZENDA

	EM VRC	VLR
I - Arrecadação de herança jacente e bens de ausentes .....	111,04	8,55
II - Avaliações: Autuado em de perado: 1.000,00 VRC R\$ 77,00 .....	74,03	5,70
acima de 1.000,00 VRC (R\$ 77,00) ate 10.000,00 VRC (R\$ 162,00) .....	148,05	11,40
acima de 10.000,00 VRC (R\$ 162,00) ...	222,08	17,10

NOTA - Item supra não é progressivo.

III - Arrolamentos e Inventários:  
As custas serão cobradas so  
bre o valor do monte-mor,  
assim entendido e determina  
do pela avaliação judicial,  
quando houver, ou realizado  
pela Fazenda Publica para  
fins do recolhimento de  
imposto.

VRC	( R\$)	VRC	( R\$)	CPC
8.400,00	646,80	400,00	30,80	VIDE NOTA 7
12.600,00	970,20	600,00	46,20	"
16.800,00	1.293,60	700,00	53,90	"
21.000,00	1.617,00	800,00	61,60	"
25.200,00	1.940,40	1.100,00	84,70	"
29.400,00	2.263,80	1.250,00	96,25	"
33.600,00	2.587,20	1.500,00	115,50	"
37.800,00	2.910,60	1.700,00	130,90	"
42.000,00	3.234,00	1.900,00	146,30	"
46.200,00	3.557,40	2.100,00	161,70	"
50.400,00	3.880,80	2.300,00	177,10	"
54.600,00	4.204,20	2.500,00	192,50	"
58.800,00	4.527,60	2.700,00	207,90	"
63.000,00	4.851,00	2.800,00	215,60	"
67.200,00	5.174,40	2.900,00	223,30	"
71.400,00	5.497,80	3.100,00	238,70	"
75.600,00	5.821,20	3.200,00	246,40	"
79.800,00	6.144,60	3.300,00	254,10	VIDE NOTA 7
84.000,00	6.468,00	3.400,00	261,80	"
88.200,00	6.791,40	3.500,00	269,50	"
92.400,00	7.114,80	3.700,00	284,90	"
96.600,00	7.438,20	3.900,00	300,30	"
100.800,00	7.761,60	4.100,00	315,70	"
105.000,00	8.085,00	4.217,48	324,90	"

OBS.: - Esta Tabela não é progressiva.



NOTA 1- Pelos formais de partilha, 10% (dez por cento) sobre o valor das custas da parte ideal da legítima.

NOTA 2- Na renovação de inventário por morte do cônjuge ou herdeiros, após o cálculo de liquidação, as custas serão acrescidas de 10% (dez por cento).

NOTA 3- Observar nos inventários e alvarás a isenção de custas previstas no art. 21, letras "j", "l" da Lei 6.149/70.

EM VRC

VLR

IV - Busca em processos, livros do cartório ou papéis arquivados, qualquer que seja o número, relativos ao mesmo imóvel, ação, assunto ou nome, cada 10 (dez) anos ..... 1,43 0,11

- Certidões extraídas de autos, livros ou documentos: Primeira folha ..... 15 0,10  
por folha que exceder .... 2,21 0,11

VI - Conferência de reprodução, cópia ou via de qualquer papel com o original, conferência e conserto de traslado ou pública forma, cada ..... 1,43 0,11

EM VRC

VLR

III - Cartas Precatórias:

a) - Recebidas, pelo respectivo cumprimento, quando para notificação, intimação ou citação ..... 150 19,25  
Mais diligência, condução e porte postal devido pela devolução.

b) - Recebidas, pelo respectivo cumprimento, para atos executivos ou avaliação de bens, pagamento de impostos expedidas em processos de inventário ou arrolamento em processos de títulos executivos extra-judiciais metade das custas taxadas no item III ou XIX respectivamente .....

NOTA: As custas referentes à letra acima só serão devidas em caso de resultar positiva a diligência deprecada; caso negativa, não serão as custas da letra "a" do item VII

c)	- Expedidas, além do porte postal, quando houver:		
	primeira folha.....	4,42	0,34
	por folha que exceder ....	2,21	0,17
VIII:	- Cartas de Sentença e Rogatórias .....	118,44	9,12
IX	- Cartas de adjudicação, arrematação, remissão e requisição de pagamento: as custas serão cobradas na base 1% (por cento) sobre o valor das mesmas com mínimo de... e no máximo a metade das custas previstas no item III .....	37,01	2,85
	- Separação consensual:	1.110,39	85,50
a)	- não havendo bens a inventariar.....		
b)	- havendo bens a inventariar, pela homologação da cartilha 100% das custas previstas no item III .....		
XI	- Divórcio:		
a)	- consensual, sem bens a inventariar .....	1.110,39	85,50
b)	- conversões, sem bens a inventariar .....	1.110,39	85,50
c)	- havendo bens a inventariar, 100% das custas previstas no item III.....		
	EM VRC		0,13
XII	- Diligência e condução - da .....	7,40	0,57
XIII	- Desentranhamento: por documento .....	1,43	0,11
XIV	- Falências e Concordatas:		
a)	- processos de Falência e Concordatas, as mesmas custas taxadas para o item XIX, calculadas sobre o valor do ativo apurado .....		
b)	- declaração de habilitação de crédito no prazo, pelo processamento até o final: 20% do item XIX .....		
c)	- Habilitação de crédito retardatário a pedido de restituição, pelo processamento até o final: 45% do item XIX .....		
d)	- impugnação de crédito .....	37,01	2,85

e) - extinção de obrigações:		
custas calculadas com base		
de 1% sobre o valor dos		
créditos reconhecidos, sen		
do o mínimo de .....	14,81	1.14
e o máximo de .....	148,05	11.40
XV - Mandados de Segurança:		
a) - sem valor determinado ou		
inestimável.....	148,05	11.40
b) - com valor determinado: me		
tade do taxado no item XIX		
sendo o mínimo de .....	145,05	11.40

EM VRC VLR

XVI - Ofícios em geral, editais		
e avisos:		
primeira folha .....	5,00	0.39
por folha que exceder ....	1,45	0.11
mais diligências, condução		
e porte postal, quando hou		
ver.		
XVII - Procedimentos administra		
tivos, justificações, pro		
testos, notificações e in		
terpelações .....	111,01	8.86
XVIII - Processos com procedimentos es		
pecial, de jurisdição volun		
tária:		
a - sem valor declarado .....	740,10	57.00
b) - com valor declarado, quan		
do comportarem contesta		
ção: metade das custas ca		
ladas no item XIX .....		
c) - com valor declarado, quan		
do comportarem contestação:		
as custas taxadas no item		
XIX .....		
XIX - Processos de conhecimento:		
incluindo procedimentos		
especiais de jurisdição		
contenciosa): processos cau		
telares; embargos de deve		
dor e terceiros; processos		
de execução de títulos ex		
trajudiciais.		

VRC	( R\$)	VRC	( R\$)	Ac CPC
3.400,00	646.80	1.000,00	77.00	VIDE NOTA
12.600,00	970.20	1.200,00	92.40	"
18.800,00	1.293.60	1.400,00	107.80	"
21.000,00	1.417.00	1.500,00	115.50	"
25.200,00	1.940.40	1.700,00	130.90	"
28.400,00	2.263.80	1.800,00	138.60	"
33.600,00	2.587.20	1.900,00	146.30	"

37,800,00	2,910.60	2,100,00	161.78	"
42,000,00	3,234.00	2,300,00	177.16	"
46,200,00	3,557.40	2,500,00	195.30	"
50,400,00	3,880.80	2,700,00	207.93	"
54,600,00	4,204.20	2,900,00	223.30	"
58,800,00	4,527.60	3,000,00	231.00	VIDE NOTA
63,000,00	4,851.00	3,100,00	238.70	"
67,200,00	5,174.40	3,200,00	246.40	"
71,400,00	5,497.80	3,400,00	261.80	"
75,600,00	5,821.20	3,600,00	277.20	"
79,800,00	6,144.60	3,800,00	292.60	"
84,000,00	6,468.00	4,000,00	308.00	"
88,200,00	6,791.40	4,200,00	323.40	"
92,400,00	7,114.80	4,400,00	338.80	"
96,600,00	7,438.20	4,600,00	354.20	"
100,800,00	7,761.60	4,800,00	369.60	"

NOTA: Tabela desta item aplica-se a Separação e Divórcio Matrimônio

NOTA 2- Nas ações de despejo por falta de pagamento de aluguel, havendo purgação a mora, as mesmas custas da tabela acima reduzidas da metade do seu valor.

NOTA 3- Nos processos de acidente de trabalho, o empregado goza da garantia de gratuidade; julgado procedente, aplica-se o item XIX por tratar-se de ação de procedimento sumário (artigo 13 e 19, II, da Lei 6367)

NOTA 4- As custas do item XIX referem-se a todos os atos e termos do processo, excetuando-se as precatórias expedidas, alvarás oficiais, cartas de sentença, formais de partilha e editais (que não sejam de citação judicial).

NOTA 5- Nas execuções de sentenças ilíquidas, as custas serão cobradas na base de dois terços das custas da ação; sendo líquidas as sentenças na base de um terço (artigo 38 da Lei 6.149, de 09/09/70).

NOTA 6- Nos processos de execução por título extrajudicial o cálculo das custas incidirá sobre o valor corrigido do título exequendo.

NOTA 7 O recolhimento do CPC das custas devidas pelo atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrada inicial, intermediária e final, observada a isenção outorgada Vara da Infância e Juventude (Lei nº 10.546/93).

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

	EM VRC	VLR
II - Recursos e Exceções:		
a) - em autos apartados .....	74,03	5,70
b) - nos próprios autos, cada um .....	29,48	2,27
XI - Restauração de autos:		
As mesmas custas que seriam devidas no processo extravariado, observadas as penalidade aplicáveis a quem deu causa ao fato .....		

xxii	- Pela autuação do processo em geral .....	3,77	0,29
------	--	------	------

## TABELA X

## ATOS DOS ESCRIVÃES DO CRIME

		EM VRC	VLF
I	- Questões prejudiciais: Exceções; Conflitos de Jurisdição; Medidas Asseguratórias; Incidentes de Fal-sidade; Perícias em Geral; Reconhecimento de Pessoas e de Coisas; Buscas e Apreensão; Interdição de Direi-tos e Medidas de Segurança Piança .....	74,03 38,23	3,70 1,34
II	- Restauração de autos extra-viados ou destruídos .....	148,05	11,40
III	- Processos em espécie:		
a)	- Que obedçam ao rito do Li-vro II, Título I, Capítulos I e III, do Código de Pro-cesso Geral .....	148,05	11,40
b)	- Que obedçam ao rito do Li-vro II, Título I, Capítulo II, do mesmo Código:		
10	- Até a pronúncia, inclusive	74,03	3,70
22	- Da pronúncia até o julga-mento .....	74,03	3,70
c)	- Que obedçam ao rito do Li-vro II, Título II, Capítu-lo V, do referido Código .	116,44	9,12
IV	- Recursos:		
a)	- Embargos de Terceiro em Sequestro .....	148,05	11,40
b)	- Em Sentido Estrito, Apela-ção e Protesto por novo Ju-ri .....	148,05	11,40
V	- Incidentes de Execução: Livramento Condicional, in-clusive revogação e reabi-litação .....	44,42	3,42

	EM VRC	VLR
VI - Certidões:		
primeira folha .....	15	1.16
por folha que exceder ....	2,21	0.17
VII - Buscas:		
cada 10 (dez) anos ou fração .....	1,43	0.11
VIII - Conferência de reprodução, cópia ou via de qualquer papel com o original, conferência e conserto de traslado ou pública forma, cada .....	1,43	0.11

OBSEsta tabela está isenta do recolhimento do CPC, conforme Lei 10.346/93.

### TABELA XI CUSTAS DOS TABELIAES

	EM VRC	VLR
I - Reconhecimento de Firma:		
a) - cada uma (1) .....	14,29	1.10
b) - nos papéis destinados a matrícula escolar, respeitadas as isenções legais, de cada firma .....	1,95	0.15
II - Autenticações de papéis, documentos e fotocópias, por ato .....	7,79	0.60

NOTA: os papéis destinados para fins escolares e previdenciários  
mesmo valor do item I, da letra b.

III - Procuração: (incluído o traslado) para fins previdenciários .....	20,21	1.71
a) - Ad-Judicia .....	44,42	3.42
b) - outras .....	250,00	19.25
c) - por outorgante ou outorgado que acrescer .....	7,40	0.57
d) - em causa própria, metade das custas do item IV desta tabela.		
IV - Escrituras: (incluído o traslado)		
- sem valor declarado .....	250,00	19.25

VRC	( R\$)	VRC	( R\$)	VRC	( R\$)
26.000,00	2.002.00	585.00	45.05	VIDE NOTA 4	
36.000,00	2.772.00	810.00	62.37		

46,000,00	3,542.00	1,035.00	79.70
56,000,00	4,312.00	1,260.00	97.01
66,000,00	5,082.00	1,485.00	114.35
76,000,00	5,852.00	1,710.00	131.67
86,000,00	6,622.00	1,935.00	149.00
96,000,00	7,392.00	2,160.00	166.32
106,000,00	8,162.00	2,385.00	183.65
116,000,00	8,932.00	2,610.00	200.97
126,000,00	9,702.00	2,835.00	218.30
136,000,00	10,472.00	3,060.00	235.62
146,000,00	11,242.00	3,285.00	252.95
156,000,00	12,012.00	3,510.00	270.27
166,000,00	12,782.00	3,652.00	281.20
176,000,00	13,552.00	3,680.52	283.40

OBS.: - Esta Tabela não é progressiva.

	EM VRC	VLR
I - Testamentos:		
a) - Publico .....	500,00	38.50
b) - Aprovação de testamento cerrado .....	200,00	17.10
c) - Revogação .....	140,00	10.78
II - Constituição de Condomínio e Divisão do Fartilha em parcelas por unidade, mais .....		
	740,00	57.00
	18,61	2.28
III - Certidões:		
a) - Procurações .....	18,61	2.28
b) - de escritura - primeira folha .....	12,01	1.71
	6,00	0.81
IV - Publica forma:		
a) - primeira folha .....	12,00	1.62
b) - por página que acrescer ..	11,11	1.71
V - Buscas:		
por dez (10) anos ou fração .....	2,42	0.34
X - Tratando-se de um só adquirente ou devedor numa única escritura que versar sobre diversas unidades de um mesmo loteamento ou edifício condominial, as custas serão cobradas pela forma abaixo:		
a) - pelas três (3) primeiras unidades, custas integrais;		
b) - cada uma das demais unidades, 50% (cinquenta por cento) das custas integrais.		

NOTA 1- Escritura de contrato de financiamento dentro do Plano Nacional de Habitação, a metade das custas fixadas.



NOTA 2- Nenhum acréscimo será devido pela transcrição nas escrituras de alvarás, falões de sisa, certidões e outros papéis necessários a perfeição ao ato.

NOTA 3- No título que haja incidência de imposto de transmissão de bens imóveis e do direito a ele relativo, as custas deverão ser cobradas pela avaliação dada ao imóvel para aquela incidência.

NOTA 4 O recolhimento do DPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrada inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93)

OBS.: No reconhecimento de firmas, já está incluída a busca em arquivo; ficando revogada a instrução n. 01/86 - O.J.

OBS: O recolhimento do DPC já está incluído nas custas.

## TABELA XII

### ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL

I	- Averbações (compreendidos todos os atos, inclusive duas certidões):		
a)	- de sentença de nulidade ou anulação de casamento, separação judicial, ou divórcio; ato de restabelecimento de sociedade conjugal, de escritura de adoção ou atos que a dissolvam .....	VRC	VLR
		324,68	25,00
b)	- de alteração de nome e retificação de assento .....	324,68	25,00
II	- Certidões de Nascimento, Casamento ou Óbito:		
a)	- em breve relação .....	194,81	15,00
b)	- verbo ad verbo - primeira folha .....	48,18	3,71
	- por folha que exceder ....	11,17	0,86
c)	- havendo necessidade de busca, por 10 (dez) anos ou fração .....	7,40	0,57
III	- habilitação para casamento	1.110,39	85,50
a)	- Justificação para dispensa de editais de proclamas, suprimimento de idade e de consentimento .....	51,62	3,99
b)	- Casamento fora do Cartório, excluída a despesa com a condução, a cargo do interessado .....	1.460,52	114,00

III - Registro de editais recebi-  
dos de outro ofício, com  
fornecimento de certidão . 37,01 2,85

NOTA 1 - É vedada a cobrança acumulada das alíneas "a" e "c" deste  
item III.

NOTA 2 - É vedada a cobrança acumulada do item III com a letra "b"  
do mesmo item.

	VRC	VLR
IV - Registro de Nascimento ou de Óbito com a primeira certidão.		
a) - independente de despacho Judicial .....	222,08	17,10
b) - mediante despacho Judicial	259,09	19,95
V - Retificação de assento a margem, mediante justifica- ção, com ou sem prova e certidão .....	51,82	13,99
VI - Inscrição de casamento re- ligioso .....	148,05	11,40
VII - Registro de emancipação, ausência, interdição, in- clusiva averbação e certi- dão .....	111,04	8,85
VIII - Inscrição de opção e aquisi- ção de nacionalidade, ad- oção e legitimação com certidão .....	125,84	9,69

NOTA 1 - Os atos que por determinação legal forem isentos de taxas  
não sofrerão incidência da alíquota à Carteira de Previdência  
Complementar e às Associações.

NOTA 2 - No item V não haverá custas quando erro for do cartorário.

NOTA 3 - Serão gratuitos todos os atos, inclusive as certidões, para  
a pessoa que se declare pobre, nos termos do artigo 30, pará-  
grafo 1º da Lei nº 6.015/73.

NOTA 4 O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados  
é de 4%, 5% e 6% respectivamente, nas comarcas de entrância  
inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93).

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

### T A B E L A XIII

#### ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMOVEIS

	EM VRC	VLR
I - Arquivamento de qualquer documento .....	5,19	0,40

II	- Averbação (inclusive a prenotação, a busca e arquivamento):		
a)	- de mudança de denominação, construção, reconstrução e demolição de prédios, de desmembramento e fusão de terreno, de alteração de nome em virtude de casamento, de viuvez, de separação ou divórcio consensual ou judicial litigioso, de retificação de averbação ou de registro e matrícula, desde que tal retificação não importe na alteração do valor contratual.....	14,42	3,42
b)	- de liberação parcial de garantia hipotecária.....	59,22	4,36
c)	- de liberação total de garantia hipotecária .....	74,03	5,70
d)	- demais averbações atribuídas ao Registro de Imóveis, serão cobradas a metade das custas determinadas no item XIII .....		
e)	- de contrato de locação, para fins de preferência (art. 167, II, 16 L.R.P.), 30% sobre as custas determinadas no item XIII.		
III	- Buscas: cada 10 (dez) anos	2,21	0,17
IV	- Certidões:		
a)	- de registro ou ônus real ..	10,00	1,54
b)	- negativa de propriedade ..	20,00	1,54

NOTA 1- Nas certidões negativas de propriedade cobrar-se-á mais 1,00 VRC ( R\$ 0,08) por pessoa que exceder a uma, entendendo-se por pessoa o casal interessado.

NOTA 2- Se as certidões mencionadas na alínea "a" deste item se referir a mais de um registro, cobrar-se-á mais 2,00 VRC R\$ 0,15) por registro que exceder.

- Registro de Cédulas de Crédito Rural - 1/4 do Valor de Referência da Região
- Registro de Cédulas Industriais, Comerciais e Exportação no livro 3 - 25% do Valor de Referência da Região com 50% recolhido ao Governo Federal (Banco do Brasil).

- VI - Registro no livro 2, de hipoteca cadular:
  - a) - de Cédula de Crédito Rural, o mesmo valor previsto no item V, para o registro de cada imóvel;
  - b) - das demais cédulas mencio-

nadas no item V, o mesmo valor do item XIII

- VII - Averbações de cédulas rurais mencionadas no item V:  
- 10% do Valor de Referência da Região.

NOTA - No caso de Registro de Cédula de Crédito Industrial, Comercial ou à Exportação, 50% dos emolumentos devidos pelo registro no livro 3 caberão ao Oficial, devendo os restantes serem recolhidos pelo Serventuário ao Banco do Brasil, a crédito do Tesouro Nacional (Dec. Lei Federal 413/69, artigo 34, parágrafo 2º., Lei 6313/75, artigo 3º. e Lei 6840/80, artigo 5º. Os emolumentos devidos pelas averbações previstas no item VI, serão integralmente recebidas pelo Oficial).

	EM VRC	VLR
XIII - Registro de escrituras de pacto ante nupcial no livro 3 .....	44,40	7,40
- Averbação de escrituras de pacto ante nupcial no livro 2 .....	14,81	1,14
IX - Incorporação e Condomínio: a. - Registro de incorporação imobiliária: o mesmo preço do item XIII, calculado sobre o valor do terreno, custo global da obra (Lei Federal 4591, de 16/12/64, artigo 32, "B") .....	EM VRC	VLR
b. - Registro de instituição de condomínio .....	148,05	11,40
c. - Registro de convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidade, incluindo o valor das averbações necessárias .....	148,05	11,40
X - Registro de Loteamentos: a. - Registro de loteamento ou desmembramento urbano ou rural, além das despesas de publicação de edital na imprensa, por lote ou gleba. ....	7,40	0,57
b. - Intimação ou notificação, excluídas as despesas de publicação de edital e condução .....	29,61	2,28
NOTA - Os emolumentos mínimos a serem cobrados na alínea "a", até 50 (cinquenta) lotes, serão de .....	148,05	11,40

XI	- Recebimento de prestações previstas no Dec. Lei n. 58, de 10/12/1937 e na Lei 2766, de 20/12/1979:		
a)	- Pela abertura de conta e recebimento da primeira prestação.....	29,61	2.28
b)	- Pelo recebimento sem abertura de conta, 1% do valor depositado.		

NOTA Os valores previstos neste item serão deduzidos da importância depositada pelos prestamistas.

XII	- Matrícula: nos casos de unificação e desmembramento do imóvel, pela certidão .....	22,21	1.71
		EM VRC	VLR

XIII	- Registro de Títulos: incluído e desinc. Matrícula e certidão;		
	- Sem valor declarado .....	111,04	8.55

VRC	( R\$)	VRC	( R\$)	Ac CPC
=====				
EXCLUSÃO DA 1ª FAIXA				
20.000,00	2.772,00	810,00	62,37	"
25.000,00	3.542,00	1.035,00	79,70	"
30.000,00	4.312,00	1.260,00	97,01	"
35.000,00	5.082,00	1.485,00	114,35	"
40.000,00	5.852,00	1.710,00	131,67	"
45.000,00	6.622,00	1.935,00	149,00	"
50.000,00	7.392,00	2.160,00	166,32	"
55.000,00	8.162,00	2.385,00	183,65	"
60.000,00	8.932,00	2.610,00	200,97	"
65.000,00	9.702,00	2.835,00	218,30	"
70.000,00	10.472,00	3.060,00	235,61	"
75.000,00	11.242,00	3.285,00	252,93	"
176.000,00	13.552,00	3.680,52	283,40	"

OBS Esta tabela não é progressiva.

		EM VRC	VLR
XIV	- Prenotação do título no protocolo .....	7,40	0.57
XV	- As inscrições dos contratos de abertura de crédito com garantia de penhor ou hipotecário, para o financiamento agrícola e pecuária		

rio com o Banco do Brasil S/A e o Banco do Estado do Paraná S/A pagarão a metade das custas previstas neste regimento (item V).

VIDE NOTA 6

OBS.: Ver nota 3

XVI - Prejudicado pelo sistema de folio real, instituído pela Lei 6015/73.

XVII - Do título em que haja incidência do imposto de transmissão de bens imóveis e dos direitos a ele relativos, as custas deverão ser cobradas pela avaliação da área do imóvel para aquela incidência, exceto se o título é lavrado em cumprimento de promessa de compra e venda registrada no Registro de Imóveis, no prazo de sessenta dias de sua lavatura .....

VIDE NOTA 6

XVIII - Tratando-se de um só adquirente ou devedor num único título que versar sobre diversas unidades de um mesmo loteamento ou edifício condominial as custas serão cobradas da seguinte forma:

- a) - Pelo registro da primeira unidade: custas integrais.
- b) - Pelo registro de cada uma das demais unidades: 50% (cinquenta por cento) das custas integrais .....

VIDE NOTA 6

XIX - Serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento) as custas devidas pelos registros correspondente à primeira aquisição imobiliária, comprovada mediante declaração expressa do adquirente, sob as penas da lei, quando houver financiamento pelo sistema financeiro de habitação ..

VIDE NOTA 6

a) - Registro de averbação referente à aquisição de casa própria, em que seja parte Cooperativa Habitacional ou entidade assemelhada (artigo 290, parágrafo 1º, Lei 6015/73) - 40% MVR (Maior Valor de Referência);

- c) - Nos programas de interesse social, executados pelas COHABs ou entidades assemelhadas: atos de aquisição de imóveis e os de averbação de construção, estarão sujeitos às seguintes limitações:
- imóvel até 60 m<sup>2</sup> de área construída: 60% do item XIII
  - (Sem valor declarado)
  - mais de 60 m<sup>2</sup> até 70 m<sup>2</sup>: 50% do item XIII
  - "Sem valor declarado"
  - mais de 70 m<sup>2</sup> até 80 m<sup>2</sup>: as custas integrais do item XIII "sem valor declarado"
- EM VRC ULR
- Versando um título sobre a aquisição de um apartamento e uma garagem em edifício condôminal e esta última unidade for considerada unidade autônoma, cada registro advindo do título aquisitivo dessa unidade garagem ..... 44,42 3,42
- NOTA 1 - Nos registros de penhora e de contratos de locação as custas correspondem a 30% (trinta por cento) do valor do item XIII.
- NOTA 2 - Nos registros de hipoteca ou usufruto as custas correspondem a 50% (cinquenta por cento) do valor do item XIII.
- NOTA 3 - Para o registro de hipoteca e penhora será considerado o valor da dívida e não o valor do imóvel.
- NOTA 4 - Com a extinção do MVR Maior Valor de Referência pelo Lei nº 8.177/91, os registros referidos nos itens V e XIX, letras a e b, obedecerão para o cálculo de custas os valores fixados - Lei nº 8.178/91, Art. 21: 1ª região - 2ª sub-região: R\$ 5,50 e 1ª sub-região R\$ 6,05.
- NOTA 5 - Nos atos traslativos da propriedade que não forem prenotados no prazo de trinta dias a partir da data de sua celebração, as custas serão calculadas com base no valor constante no último lançamento do IPTU ou IPTF, salvo se o valor declarado no instrumento lhe for superior.
- NOTA 6 - O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos prenotados é de 4%, 5% e 6% respectivamente, nas comarcas de primeira instância inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/97).
- OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

## T A B E L A XIV

ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE

TITULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURIDICAS

- Registro integral de Contrato, Títulos e Documentos com valor declarado:

VRC	( R\$)	VRC	( R\$)	do CPC
=====				
EXCLUSAO DA 1ª FAIXA				
5.000,00	615,00	129,87	10,00	
12.000,00	924,00	180,00	13,86	
18.000,00	1.233,00	240,00	18,48	
20.000,00	1.540,00	300,00	23,10	
24.000,00	1.848,00	360,00	27,72	
28.000,00	2.156,00	420,00	32,34	
32.000,00	2.464,00	480,00	36,96	
36.000,00	2.772,00	540,00	41,58	
40.000,00	3.080,00	600,00	46,20	
44.000,00	3.388,00	660,00	50,82	
48.000,00	3.696,00	720,00	55,44	
52.000,00	4.004,00	780,00	60,06	

OBS.: - Esta tabela não é progressiva.

EM VRC

VLR

II - Registro Integral de Títulos, Documentos ou Papel sem valor declarado .....

129,87

10,00

III - Registro e entrega de notificação, inclusive a certidão a margem do registro e do documento .....

167,86

13,5-

a) - Despesas de condução: no perímetro urbano .....

59,00

4,75

b) - no perímetro rural ou em local distante do Cartório mais de 10 (dez) quilômetros .....

111,04

8,95

EM VRC

11,50

IV - Matrícula de Oficina Impressora, Jornal e outros periódicos .....

111,04

8,95

V - Inscrição de Pessoas Jurídicas de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos, inclusive todos os atos de registro e arquivamento .....

74,00

5,70

VI - Inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:



VRC	( R\$)	VRC	( R\$)	Ao CPC
=====				
EXCLUSÃO DA 1ª FAIXA				
8.000,00	816,00	129,87	10,00	
12.000,00	924,00	180,00	13,86	
16.000,00	1.032,00	240,00	18,48	
20.000,00	1.540,00	300,00	23,10	
24.000,00	1.848,00	360,00	27,72	
28.000,00	2.156,00	420,00	32,34	
32.000,00	2.464,00	480,00	36,96	
36.000,00	2.772,00	540,00	41,58	
40.000,00	3.080,00	600,00	46,20	
44.000,00	3.388,00	660,00	50,82	
48.000,00	3.696,00	720,00	55,44	
52.000,00	4.004,00	780,00	59,14	

OBS.: - Esta tabela não é progressiva.

EM VRC

VLR

VII - Certidões e Buscas:		
a - Certidões .....	25,00	1,91
- por página que atestar ..	7,40	0,57
- buscas por lei (10) anos		
ou fração .....	1,21	0,17

VIII - Verificação ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no Cartório .....	1,21	0,17
---	------	------

EM VRC

VLR

I - Microfilme do documento referido nesta Tabela, qualquer que seja o número de página, mais .....	1,21	0,17
a - Autenticação procedida de acordo com a Lei Federal nº 5433, de 06 de março de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 24397 de 24 de abril de 1969:		
a - de microfilmagem por rolo de 16mm .....	13,57	1,47
a - de microfilmagem por rolo de 35mm .....	44,42	3,42
a - de cópia extraída de rolo de microfilme, legalizado, por página ou fotograma ..	51,32	3,99

NOTA 1 - Nos registros de aditamentos de contratos, civis, comerciais, sem valor declarado, serão cobradas as custas previstas no art. 11.

NOTA 2 - Se houver valor declarado no aditamento, dele será deduzido o valor original.

NOTA 3. O recolhimento do CPC das custas devidas pelo atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrada inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93).

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

# TABELA XV

## ATOS DOS OFICIAIS DE PROTESTOS DE TITULOS

I - Anotação ou protesto

VRC	( R\$)	VRC	( R\$)	CPC
=====				
EXCLUSAO DAS 2 PRIMEIRAS FAIXAS				
3.000,00	171,00	45,00	3,47	
4.000,00	218,00	60,00	4,62	
5.000,00	265,00	90,00	6,93	
6.000,00	312,00	120,00	9,24	
7.000,00	359,00	180,00	13,86	
8.000,00	406,00	240,00	18,48	
9.000,00	453,00	300,00	23,10	
10.000,00	500,00	360,00	27,72	
11.000,00	547,00	420,00	32,34	
12.000,00	594,00	480,00	36,96	
13.000,00	641,00	540,00	41,58	
14.000,00	688,00	600,00	46,20	
15.000,00	735,00	660,00	50,82	
16.000,00	782,00	720,00	55,44	
17.000,00	829,00	780,00	60,06	
18.000,00	876,00	840,00	64,68	
19.000,00	923,00	900,00	69,30	
20.000,00	970,00	960,00	73,92	

OBS.: - Esta tabela não é progressiva.

EM VRC

VLR

I	- Intimação:	59,22	4,56
II	- Cancelamento ou anulação de protesto, ou a averbação de pagamento:		
	80% das custas do nº I.		
III	- Certidões:		
a)	- negativa (por nome) e inteiro teor (por página)...	15,00	1,10
b)	- relatório breve (por ato)...	3,77	0,29
V	- Buscas: por dez anos ou fração .....	2,21	0,17
VI	- Autenticação de ato praticado ou de documento em poder da serventia .....	0,39	0,03

NOTA: - O recolhimento do CPC das custas devidas pelos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrada inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93).

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

## TABELA XVI

**ATOS DOS CONTADORES, PARTIDORES,  
DISTRIBUIDORES E DEPOSITARIOS PUBLICOS**

**DOS CONTADORES.**

		EM VRD	VLR
I	- Conta de qualquer natureza	40,00	34,08
II	- Conta de juros, correção monetária e prêmios: além do previsto no item I, cada papel, por ano ou fração .....	1,43	0,11
III	- Cálculo de liquidação de sentença .....	100,00	7,70
	- Cálculo de qualquer processo, de imposto e transmissão de propriedade inter vivos ou causa mortis de quaisquer outros impostos ou taxas; de liquidação em inventário e arrolamento, sejam quantas forem as sucessões e operações necessárias; formação de ativo e passivo, com base no montemor, na arrecadação, adjudicação, remissão ou valor apurado .....	37,01	2,85
IV	- Conversão à moeda nacional ou estrangeira de cada papel de crédito, título de dívida pública, ação de companhia ou instituições financeiras; por cálculo..	1,43	0,11
V	- Verificação ou conferência de crédito e contas em falência, concordata, concurso creditório e prestação de contas em geral .....	22,21	1,71

**DOS DISTRIBUIDORES.**

		EM VRD	VLR
I	- distribuição para o foro judicial (incluída a respectiva baixa) .....	66,62	5,13

II - Distribuição para o foro extrajudicial.		
a)	Títulos e Documentos .....	55,00 4.24
b)	Outras .....	37,36 2.87
III - Averpação a margem da Distribuição .....		
		11,17 0.86
IV - Baixa ou retificação de Distribuição para o foro Extrajudicial.....		
		15,00 1.16
V - Busca em processos, livros de cartório ou papéis arquivados qualquer que seja o número de livros ou série de livros nela compreendidos ou de papéis arquivados, relativos ao mesmo imóvel, ação, assunto ou nome. Por período de 10 (dez) anos .....		
		18,18 1.40
VI - Certidão extraída de autos, livros ou documentos:		
a)	- primeira folha .....	29,61 2.26
b)	- por folha que exceder ....	5,19 0.40

OBS.: Vide nota 4

NOTA 1- As custas acima se referem a certidão por pessoa, não havendo qualquer acréscimo se solicitadas a menção de seu nome por extenso e abreviado, de solteira ou casada, bem como de espólio ou massa falida correspondente a mesma pessoa.

NOTA 2- Se for expedida por processamento de dados, as custas serão acrescidas de 10%.

NOTA 3- Nas certidões fornecidas em autos de processos criminais, com antecedentes de réus, e requerimento do Ministério Público ou "ex-officio", poderão ser cotadas as custas do item VI desta Tabela, as quais serão pagas a final, no caso de condenação.

NOTA 4- Autorizada a cobrança pela Lei 8.329, de 01.07/86, publicada no Diário Oficial nº 2.308 de 02/07/86.

NOTA 5- O recolhimento do CPC das custas devidas pelas atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de primeira instância, intermediária e final (Lei nº 10.546/03).

## DOS DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS.

- De valores, títulos de dívida pública, ações, letras hipotecárias, debêntures, dinheiro, peças de ouro, prata, jóias e pedras preciosas;
- sobre o valor nominal, im-

	portância final apurada, cotação oficial ou avaliação, até o máximo de 35,58 VRC ( R\$ 2.74) .....	2%	-0-
II	- De imóveis, urbanos ou rurais: sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa, até o máximo de 88,83 VRC ( R\$ 6.84) .....	2%	-0-
III	- De móveis, veículos automotores, artigos de comércio e quaisquer outros objetos perecíveis: sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa, até o máximo de 88,83 VRC ( R\$ 6.84) .....	4%	-0-
IV	- Via férrea, linha telefônica e telegráfica, empresa de luz, água e outros serviços públicos, ou dos materiais empregados em seu funcionamento; empresas e estabelecimentos comerciais, industriais e agrícolas; sementeira ou plantação: sobre o produto líquido dos bens administrados, até o máximo de 88,83 VRC ( R\$ 6.84) .....	2%	-0-
	- Sobre os rendimentos brutos produzidos pelos bens depositados desde que auferidos com trabalho do depositário mediante autorização Judicial até .....	10%	-0-
VI	- Pela administração de Imóveis rurais ou urbanos depositados as mesmas do item V .....		-0-
VII	- Nos executivos fiscais, quando houver depósitos: as custas serão calculadas sobre o valor da dívida fiscal.....		CPC VIDE NOTA 5
VIII	- Pela guarda de bens:		
a)	- veículos automotores: além das custas previstas no item III por mês ou fração, sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa .....	0,5%	-0- 0,1

- b) - Demais bens:  
além das custas previstas  
no item III e observado o  
seu limite, por mês ou fra-  
ção, sobre a avaliação, im-  
portância a final apurada  
e, na falta destas, pelo  
valor da causa ..... 1% -0- 0,0
- IX - Certidão e Busca:  
as mesmas custas atribuí-  
das ao Distribuidor .....

NOTA 1- As custas dos itens V e VI, bem como outras despesas necessárias e comprovadas com a guarda, remoção, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados, que serão pagas depois de aprovadas pelo Juiz..

NOTA 2- As despesas com eventuais seguros, rateadas proporcionalmente aos bens guardados em depósitos, mais as previstas no item VIII, serão cobradas mensalmente.

NOTA 3- Não será expedido mandado de levantamento de penhora, arresto ou sequestro, sem o comprovante, nos autos, de recolhimento das custas fixadas nesta Tabela e das despesas feitas com os bens depositados.

NOTA 4- Quando, sobre qualquer bem penhorado, recaírem outras penhoras, perceberá o depositário, além das custas referentes à primeira, mais a metade de cada uma das demais, cujo valor será ratesado entre diversos feitos. limitado o valor ao dobro do prêmio.

NOTA 5- O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrada inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93).

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

## T A B E L A XVIII

### ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

	EM VRC	VLR
I - Autos de qualquer natureza, inclusive os atos complementares .....	100,00	7.70
II - Citações, Intimações ou Notificações, por pessoa ...	20,00	1.54
- Certidão, sendo no mesmo local, o primeiro ato será cotado integralmente e os subsequentes, pela metade.	8,83	0.68

III	- Contra-fé por pessoa .....	4,00	0,31
IV	- Pelos atos que praticarem nas sessões do Júri inclusive certidões para ordenação de processos, de cada dia de sessão .....	14,81	1,14
V	- Condução: Será usada Tabela fixada pelo Juiz Diretor do Fórum em portaria, ouvidos os demais Magistrados em exercício na Comarca e atendidas as peculiaridades locais (Art. 25 da Lei nº 7.567/82).		

NOTA 1- Além dessas taxas, as despesas de condução somente poderão ser cotadas se devidamente especificadas e se contiverem o "de acordo" do advogado da parte interessada na diligência.

Se houver pagamento antecipado, o Oficial de Justiça lançará a cota, com a observação de que as custas já foram pagas e por quem.

NOTA 2- As certidões referidas no item II, ficam limitadas ao número de duas para cada caso.

NOTA 3 - As custas previstas no item V só podem ser cotadas uma vez e para a diligência que resultar positiva.

OBS.: Esta tabela está isenta do recolhimento do CPC conforme Lei nº 10.546/93.

## T A B E L A   X V I I

### ATOS DOS AVALIADORES JUDICIAIS.

VLR

EM VRC

I	- Avaliação de ações de compensação, decênturas, títulos semelhantes e aluguéis ou rendas: por 50,00 VRC ( R\$ 3,85) ou fração. 3,77	0,29
	- emolumento máximo .....	28,50
II	- Avaliação de imóveis e outros bens:	

	VRC	( R\$)	VRC	( R\$)	CPC
Até 5,000.00		385.00	150,00	11.55	VIDE NOTA
" 10,000.00		770.00	200,00	15.40	
" 50,000.00		3,850.00	270,00	20.79	

" 100,000.00	7,700.00	400,00	30.80	"
" 150,000.00	11,550.00	470,00	36.19	"
" 200,000.00	15,400.00	540,00	41.58	"
" 250,000.00	19,250.00	670,00	51.59	"
" 300,000.00	23,100.00	800,00	61.60	"
" 350,000.00	26,950.00	930,00	71.61	"
" 400,000.00	30,800.00	1,060,00	81.62	"
" 450,000.00	34,650.00	1,190,00	91.63	"
" 500,000.00	38,500.00	1,265,84	97.47	"

NOTA 1 - é vedada a cobrança progressiva desta Tabela.

NOTA 2 Havendo mais de um bem móvel as custas incidirão sobre o valor total dos bens avaliados.

NOTA 3 - Quando tratar-se de imóveis numa mesma edificação ou cortiços, as custas serão cobradas pela forma abaixo:

- a) Pela primeira unidade: custas integrais.
- b) Pelas demais unidades: 80% (oitenta por cento) das custas integrais até o máximo de 1,924,68 VRC (R\$ 148.20)

NOTA 4 - recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrada inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93)

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

## T A B E L A XIX

### ATOS DOS PORTEIROS DE AUDITORIO

- I - Certidão:  
Os mesmos emolumentos dos Distribuidores.

EM VRC

VLR

- II - Pregão: (incluída, nos leilões, a fixação do edital e respectiva certidão)

- a) Efetuado em audiência .... 10,00 0.77
- b) Efetuado fora de audiência 12,00 0.92

- III - Percentagem nas arrematações, adjudicações, ou nas remissões ou resgates, requeridos antes da praça ou depois destas:  
sobre o valor dos objetos arrematados, adjudicados ou remidos, 2% até o máximo de 300,00 ( R\$ 23.10) 2%

OBS.: Esta tabela está isenta do recolhimento do CPC conforme Lei nº 10.546/93.



## TABELA XX

## ATOS DOS PERITOS E ARBITRADORES

		EM VRC	VLR
I	- Arbitramento:		
a)	- de multa ou de liquidação de objeto sobre o qual tiver de determinar a multa.	14,61	1.14
b)	- de responsabilidade para especialização de hipoteca legal .....	14,81	1.14
II	- Corpo de delito:		
a)	- quando depender de exame médico ou cirúrgico .....	29,61	2.28
b)	- quando não depender desses exames .....	14,61	1.14
III	- Exames:		
a)	- de sanidade .....	29,61	2.28
b)	- de sanidade mental, arbitrio do Juiz que terá em vista a observação mais ou menos longa de 10,00 VRC ( R\$ 0.77) até 80,00 VRC ( R\$ 6.16) .....		
c)	- cadavérico, físico ou químico, se o exame preceder a execução .....	68,83	6.64
d)	- radioscópico, a arbitrio do Juiz, de 10,00 VRC ( R\$ 0.77) até 80,00 VRC ( R\$ 6.16) .....		
e)	- radiográfico, a arbitrio do Juiz, de 5,00 VRC ( R\$ 0.39) até 40,00 VRC ( R\$ 3.08) .....		
f)	- de escrituração mercantil, a arbitrio do Juiz, de 5,00 VRC ( R\$ 0.39) até 40,00 VRC ( R\$ 3.08) .....		
g)	- de documento, livros ou firmas, para verificação de falsidade ou de qualquer outro fato, a arbitrio do Juiz, de 5,00 VRC ( R\$ 0.39) até 50,00 VRC ( R\$ 3.85) .....		
h)	- não especificados neste número .....	14,81	1.14

OBS.: Esta tabela está isenta do recolhimento do CPC conforme Lei nº 10.546/93.

**T A B E L A   X X I****DO INQUÉRITO POLICIAL**

Atos das Autoridades Policiais:

Extinta por interpretação extensiva do artigo 126, II, letra "a" C.F.

FIXAR EM CADA SERVENTIA EM LUGAR VISIVEL AO PUBLICO EM GERAL E DE MODC LEGIVEL UM QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VALORES ATUALIZADOS DAS TABELAS DE CUSTAS RELATIVAS AOS ATOS ATINENTES AS SUAS ATRIBUICOES, VEDADA AS LETRAS MIUDAS QUE DIFICULTEM A LEITURA.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 414/97**

O presente Projeto de Lei fixa as Tabelas de Custas dos Atos judiciais no Estado do Paraná, na forma da Lei nº 6.145 de 09 de setembro de 97

Em face do acolhimento da arguição de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, o Egrégio Tribunal de Justiça enviou projeto que estabelece as Custas dos atos judicial e extrajudicial. Analisando a proposta encaminhada pela Augusta Casa de Justiça, observa-se a ausência do justo critério na cobrança dos emolumentos, uma vez os menos favorecidos arcam com encargos proporcionalmente maiores que os mais afortunados, numa clara inversão da justiça social que almejamos para os usuários da estrutura do Poder Judiciário.

O presente substitutivo visa alcançar a justiça social, invertendo o ônus que hoje recai sobre a base da pirâmide social, fazendo com que os mais afortunados subsidiem os menos favorecidos.

Nessa ótica, com o substitutivo, reduziu-se as custas atuais em até 50% (cinquenta por cento). Mais, se computada a correção monetária dos últimos quase três anos, que não foi incorporada as custas vigentes.

Tome-se como exemplo a Tabela IX, número XIX, do Projeto do Tribunal, comparativamente com a Tabela IX, número XIX, do atual substitutivo, onde uma ação no valor de R\$ 7.114,00 que custava R\$ 330,60, passará a custar, pela nossa proposta R\$ 195,00, o que representa uma redução de 30,47%. Computada a correção monetária sobre os R\$ 330,60 dos últimos trinta meses, da ordem de 30% teríamos uma efetiva dedução de 117%.

Por outro lado, o valor da ação para atingir os mesmos en-

cargos, o valor da ação dobra para alcançar os mesmos emolumentos, ou seja R\$ 14.000,00.

Tal procedimento estende-se, em diferentes proporções, às demais Tabelas do foro judicial e extrajudicial.

Face ao exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta seu **Parecer Favorável**, na forma do Substitutivo em anexo, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1997.

(aa) Joel Coimbra-Presidente; Eduardo Trevisan-  
Relator.

Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei Nº.414/97.

**Art. 1º.** As Tabelas de Custas dos Atos Judiciais a que se refere o art. 49, da Lei nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, passam a ser as constantes desta lei. ( Tabelas I a XXI, em anexo )

**Art. 2º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1997.

(aa) Joel Coimbra-Presidente; Eduardo Trevisan-  
Relator.

**VRC = 0.071**

### **TABELA I**

#### **ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA**

#### **SECRETARIAS**

I	- Quaisquer recursos interpostos junto ao Tribunal de Justiça ou de Alçada e para Tribunal Superior.....	50,00 VRC	R\$	3.55
II	- Reclamações, Correições Parciais e Conflitos de Competência.....	50,00 VRC	R\$	3.55

III - Mandado de Segurança .....	50,00 VRC	R\$	3.55
IV - Ação rescisória - 4% (quatro por cento) sobre o valor da causa:			
mínimo .....	25,00 VRC	R\$	1.78
máximo .....	100,00 VRC	R\$	7.10
V - Deserção .....	50,00 VRC	R\$	3.55
VI - Alvarás, Ofícios, Editais e Traslados:			
a) - uma folha .....	4,00 VRC	R\$	0.28
b) - por folha que exceder .....	2,00 VRC	R\$	0.14
VII - Carta Precatória, Carta de Ordem, Carta Rogatória e Carta de Sentença .....	30,00 VRC	R\$	2.13

**Obs:** a este valor será acrescentado o montante necessário para o porte postal devido para a devolução.

- NOTAS**
- 1. Nos demais processos originários e nos casos omissos, cobrar-se-ao as mesmas custas fixadas para a Primeira Instância.
  - 2. As custas previstas nesta tabela serao pagas antecipadamente.
  - 3. A arrecadação total será destinada à Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

**TABELA II**

**ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA**

**SECRETARIOS**

	VRC	( R\$)	CPC
I - Certidoes:			
a) - Pela primeira folha .....	3,00	0.21	VIDE NOTA
B) - Por folha que exceder ...	1,00	0.07	-0- 0.00
II - Registros de Diplomas de bacharéis ou cartas de doutores em direito .....	15,00	1.07	VIDE NOTA
III - Autenticação de xerocópias e fotocópias extraídas de processos arquivados ou em andamento na Secretaria ...	0,50	0.04	-0- 0.00

**NOTA:** O recolhimento do C.P.C das custas devidas pelo atos praticados é de 6%, conforme Lei nº 10.546/93.

**Obs:** O Recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

**TABELA III****SECRETARIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA**

	VRC	( R\$)	CPC	
I - Certidoes:				
a) - Pela primeira folha .....	2.00	0.14	VIDE NOTA	
b) - Por folha que exceder .....	1.00	0.07	-0-	
II - Autenticação de xerocópias e fotocópias extraídas de processos arquivados ou em andamento na Secretaria ...	0,50	0.04	-0-	0.00

**NOTA:** O recolhimento do C.P.C das custas devidas pelos atos praticados é de 6%, conforme Lei 10.546/93.

**OBS:** O recolhimento do CPC já esta incluído nas custas.

**OBS:** As tabelas IV (JUIZES DE DIREITO) e V (JUIZES SUBSTITUTOS) foram suprimidas.

**TABELA VI****JUIZES DE PAZ**

- I - Pela arrecadação provisória de bens de defunto, de ausentes ou vagos. 2%

**NOTA 1-** As despesas de conservação e guarda de bens arrecadados serao pagas a parte

**NOTA 2-** Pela diligência de casamento em cartório ..... 100,00 VRC  
Pela diligência de casamento fora de cartório ..... 200,00 VRC

**OBS.:** Revogada a Instrução n. 01/89 do C.J.

**OBS.:** A presente tabela será aplicada até a regulamentação do art. 98, II da Constituição Federal.

**OBS.:** A Tabela VII (ATOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO), por força constitucional, foi suprimida.

# TABELA VIII

## ASSOCIAÇÕES

		VRC	( R\$)
I	- A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná .....	1,00	0.07
II	- A Associação Paranaense do Ministério Público .....	1,00	0.07
III	- A Associação dos Magistrados do Paraná .....	1,00	0.07
IV	- A associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná .	1,00	0.07

**ORS:** - O pagamento das taxas da presente Tabela é devida pelos Serventuários, sendo deduzida de suas custas nos atos sobre os quais incide o C.P.C.

# TABELA IX

## ATOS DOS ESCRIVÃES DO CIVEL, FAMÍLIA e DA FAZENDA

		VRC	( R\$	CPC
I	- Arrecadação de herança jacente e bens de ausentes .....	150,00	10.65	VIDE NOTA 7
II	- Alvarás: Autuado em se parado: 1,000.00 VRC R\$ 71.00 .....	100,00	7.10	-0- 0.00
	acima de 1,000.00 VRC ( R\$ 71.00) até 3,000.00 VRC ( R\$ 213.00) .....	200,00	14.20	-0- 0.00
2	acima de 3,000.00 VRC R\$ 213.00) ....	300,00	21.30	-0- 0.00

**NOTA** - O item supra não é progressivo.

III - Arrolamentos e Inventários:  
As custas serão cobradas sobre o valor do monte-mor, assim entendido o determinado pela avaliação judicial, quando houver, ou realizado pela Fazenda Pública para fins do recolhimento de imposto.

VALOR DA CAUSA				%	ESCRIVAO
até	1.000,00				75,00
1.000,01 a	10.000,00	mais	2,00%		
10.000,01 a	15.000,00	mais	1,75%		
15.000,01 a	30.000,00	mais	1,25%		
30.000,01 a	50.000,00	mais	1,75%		
50.000,01 a	80.000,00	mais	2,00%		
		até o maximo de			1.480,00

OBS - Esta Tabela é Progressiva.

**NOTA 1-** Pelos formais de partilha, 10% (dez por cento) sobre o valor das custas da parte ideal da legítima.

**NOTA 2-** Na renovação de inventário por morte de cônjuge ou herdeiros, após o cálculo de liquidação, as custas serão acrescidas de 10% (dez por cento)

**NOTA 3-** Observar nos inventários e alvarás a isenção de custas previstas no art. 21, letras "j", "l" da Lei 6.149/70.

				CPC	
				VRC ( R\$)	
IV	- Busca em processos, livros do cartório ou papéis arquivados, qualquer que seja o número, relativos ao mesmo imóvel, ação, assunto ou nome, cada 10 (dez) anos .....	2,00	0.14	-0-	0.00
V	- Certidoes extraídas de autos, livros ou documentos: primeira folha.....	40,00	2.84	-0-	0.00
	por folha que exceder ....	3,00	0.21	-0-	0.00
VI	- Conferência de reprodução, cópia ou via de qualquer papel com o original, conferência e conserto de traslado ou pública forma, cada .....	2,00	0.14	-0-	0.00
VII	- Cartas Precatórias:				
a)	- Recebidas, pelo respectivo cumprimento, quando para notificação, intimação ou citação .....	500,00	35.50	-0-	0.00
	Mais diligência, condução e porte postal devido pela devolução.				
b)	- Recebidas, pelo respectivo cumprimento, para atos executivos ou avaliação de bens, pagamento de impostos expedidas em processos de inventário ou arrolamento em processos de títulos executivos extra judiciais metade das custas taxadas no item III ou XIX respectivamente .....				

VIDE NOTA 7

**NOTA:** Custas referentes à letra acima só serao devidas em caso de resultar positiva a diligência deprecada; caso negativa, incidirão as custas da letra "a" do item VII

		VRC	( R\$)		CPC
c)	- Expedidas, além do porte postal, quando houver:				
	primeira folha.....	6,00	0.43	-0-	0.00
	por folha que exceder ....	3,00	0.21	-0-	0.00
VIII	- Cartas de Sentença e Rogatórias .....	160,00	11.36	-0-	0.00
IX	- Cartas de adjudicação, arrematação, remissão e requisição de pagamento: as custas serao cobradas na base 1% (por cento) sobre o valor das mesmas com mínimo de... e no máximo a metade das custas previstas no item III .....	50,00	3.55	-0-	0.00
X	- Separação, Divorcio e dissolução de Sociedade Conjugal:				
a)	- nao havendo bens a inventariar, minimo de .....	2.115,00	150.17	VIDE NOTA 7	
b)	- havendo bens a inventariar, pela homologação da partilha, mais as custas previstas no item III .....			VIDE NOTA 7	
XI	- Alimentos e demais ações que tramitam junto as Varas de Família, as custas da Tabela XIX, com o minimo de .....	2.115,00	150.17		
XII	- Diligência e condução - cada .....	10,00	0.71	-0-	0.00
XIII	- Desentranhamento: por documento .....	2,00	0.14	-0-	0.00
XIV	- Falências e Concordatas:				
a,	- processos de Falência e Concordatas, as mesmas custas taxadas para o item XIX, calculadas sobre o valor do ativo apurado .....			VIDE NOTA 7	
b)	- declaração de habilitação de crédito no prazo, pelo processamento até o final: 20% do item XIX .....			VIDE NOTA 7	
c,	- habilitação de crédito retardatário a pedido de restituição, pelo processamento até o final: 45% do item XIX .....			VIDE NOTA 7	
		VRC	( R\$)		CPC



d)	-	impugnação de crédito .....	50,00	3.55	VIDE NOTA 7
e)	-	extinção de obrigações: custas calculadas com base de 1% sobre o valor dos créditos reconhecidos, sen do o mínimo de .....	20,00	1.42	VIDE NOTA 7
		e o máximo de .....	200,00	14.20	VIDE NOTA 7
			VRC	( R\$)	CPC
XV	-	Mandados de Segurança:			
a.	-	sem valor determinado ou inestimável.....	200,00	14.20	VIDE NOTA 7
b.	-	com valor determinado: me- tade do taxado no item XIX sendo o mínimo de .....	200,00	14.20	VIDE NOTA 7
XVI	-	Ofícios em geral, editais avisos e publicação de avisos primeira folha .....	10,00	0.71	VIDE NOTA 7
		por folha que exceder ....	2,00	0.14	-0- 0.00
		mais diligências, condução e porte postal, quando hou ver.			
XVII	-	Procedimentos administra- tivos, justificações, pro- testos, notificações e in- terpelações .....	150,00	10.65	VIDE NOTA 7
XVIII	-	Processo com procedimento es- pecial, de jurisdição volun- tária:			
a.	-	sem valor declarado .....	1,000,00	71.00	VIDE NOTA 7
b.	-	com valor declarado, quando nao comportarem contesta- ção: metade das custas ta- xadas no item XIX .....			VIDE NOTA 7
c.	-	com valor declarado, quan- do comportarem contestação: as custas taxadas no item XIX .....			VIDE NOTA 7
XIX	-	Processos de conhecimento: incluindo procedimentos especiais de jurisdição contenciosa); processos cau- telares; embargos de deve- dor e terceiros; processos de execução de títulos ex- trajudiciais.			

VALOR DA CAUSA		%		ESCRIVAO
- até	1.000,00			75,00
1.000,01 a	10.000,00	mais	2,00%	
10.000,01 a	15.000,00	mais	1,75%	
15.000,01 a	30.000,00	mais	1,25%	
30.000,01 a	50.000,00	mais	1,75%	
50.000,01 a	80.000,00	mais	2,00%	
até o maximo de				1.480,00

OBS - Esta Tabela é Progressiva.

**NOTA 1-** A Tabela deste item aplica-se à Separação e Divórcio litigioso

**NOTA 2-** Nas ações de despejo por falta de pagamento de aluguel, havendo purgação à mora, as mesmas custas da tabela acima reduzidas da metade do seu valor.

**NOTA 3-** Nos processos de acidente de trabalho, o empregado goza de garantia de gratuidade; julgado procedente, aplica-se o item XIX por tratar-se de ação de procedimento sumaríssimo (artigo 13 e 19, II, da Lei 6367)

**NOTA 4-** As custas do item XIX, referem-se a todos os atos e termos do processo, excluído as precatórias expedidas, alvarás, ofícios, cartas de sentença, formais de partilha e editais que não sejam de citação judicial).

**NOTA 5-** Nas execuções de sentenças ilíquidas, as custas serão cobradas na base de dois terços das custas da ação; sendo líquidas as sentenças na base de um terço (artigo 38 da Lei 6.149, de 09/09/70).

**NOTA 6-** Nos processos de execução por título extrajudicial o cálculo das custas incidirá sobre o valor corrigido do título exequendo.

**NOTA 7** O recolhimento do CPC das custas devidas pelo atos praticados e de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final, observada a isenção outorgada à Vara da Infância e Juventude (Lei nº 10.546/93)

**OBS:** O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

		VRC	( R\$)	CPC
XX	Recursos e Exceções:			
a	em autos apartados	100,00	7.10	VIDE NOTA 7
c	nos próprios autos, cada um	40,00	2.84	VIDE NOTA 7
XXI	Restauração de autos: As mesmas custas que seriam devidas no processo extraviado, observadas as penalidade aplicáveis a quem deu causa ao fato			VIDE NOTA 7
XXII	Pela autuação do processo em geral	5,00	0.36	-0- 0.00

**OBS.-** As custas devidas ao Sr. Escrivão serão cobradas em sua totalidade (100% das Tabelas III e XIX), quando da ciência do depósito inicial.

**TABELA X**  
**ATOS DOS ESCRIVÃES DO CRIME**

	VRC	( R\$)
I - Questões prejudiciais: Exceções; Conflitos de Jurisdição; Medidas Assecura		

	tórias; Incidentes de Falsidade; Perícias em Geral; Reconhecimento de Pessoas e de Coisas; Buscas e Apreensão; Interdição de Direitos e Medidas de Segurança	100,00	7.10
	Fiança .....	120,00	8.52
II	- Restauração de autos extraviosados ou destruídos .....	200,00	14.20
III	- Processos em espécie:		
a	- Que obedeçam ao rito do Livro II, Título I, Capítulos I e III, do Código de Processo Penal .....	200,00	14.20
b	- Que obedeçam ao rito do Livro II, Título I, Capítulo II, do mesmo Código:		
1	- Até a pronúncia, inclusive	100,00	7.10
2	- Da pronúncia até o julgamento .....	100,00	7.10
c	- Que obedeçam ao rito do Livro II, Título II, Capítulo V, do referido Código .....	160,00	11.36
IV	- Recursos:		
a	- Embargos de Terceiro em Sequestro .....	200,00	14.20
b	- Em Sentido Estrito, Apelação e Protesto por novo Juízo .....	200,00	14.20
	- Incidentes de Execução: Livramento Condicional, inclusive revogação e reabilitação .....	60,00	4.26
		VRC	( R\$)
VI	- Certidoes:		
	primeira folha .....	40,00	2.84
	por folha que exceder .....	3,00	0.21
VII	- Buscas:		
	cada 10 (dez) anos ou fração .....	2,00	0.14

**Obs.:** Esta tabela está isenta do recolhimento do CPC, conforme Lei nº 10.546/93.

**TABELA XI**  
**ATOS DOS TABELIAES**

	VRC	( R\$)	CPC
I			
a			
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			
47			
48			
49			
50			
51			
52			
53			
54			
55			
56			
57			
58			
59			
60			
61			
62			
63			
64			
65			
66			
67			
68			
69			
70			
71			
72			
73			
74			
75			
76			
77			
78			
79			
80			
81			
82			
83			
84			
85			
86			
87			
88			
89			
90			
91			
92			
93			
94			
95			
96			
97			
98			
99			
100			

II	- Autenticações de papéis, documentos e fotocópias, por ato .....	20,00	1.42	-0-	0.00
III	- Procuração: (incluído o traslado) para fins previdenciários .....	30,00	2.13	-0-	0.00
a)	- Ad-Judícia .....	60,00	4.26	-0-	0.00
b)	- outras .....	384,62	27.31	-0-	0.00
c)	- por outorgante ou outorgado que acrescer .....	10,00	0.71	-0-	0.00
d)	- em causa própria, metade das custas do item IV desta tabela.				
IV	- Escrituras: (incluído o traslado, sem valor declarado .....	50% do mínimo da Tabela abaixo.			

VALOR DO ATO		%	TABELIAO
até .....	3.000,00		R\$ 75,00
3.000,01 a .....	10.000,00	mais 1,50%	
10.000,01 a .....	30.000,00	mais 1,00%	
30.000,01 a .....	50.000,00	mais 0,50%	
50.000,01 a .....	200.000,00	mais 0,25%	
até o máximo de			R\$ 855,00

OBS.: - Esta Tabela é progressiva.

		VRC	( R\$)	CPC	
V	- Testamentos .....	2,000,00	142.00		
VI	- Constituição de Condomínio e Divisão ou Partilha amigável .....	1,000,00	71.00	VIDE NOTA 4	
	por unidade, mais .....	40,00	2.84	VIDE NOTA 4	
VII	- Certidões:				
a)	- Procurações .....	40,00	2.84	-0-	0.00
b)	- de escritura - primeira folha .....	30,00	2.13	-0-	0.00
	- por página que acrescer ..	9,00	0.64	-0-	0.00
VIII	- Pública forma:				
a)	- primeira folha .....	46,00	3.27	-0-	0.00
b)	- por página que acrescer ..	30,00	2.13	-0-	0.00
IX	- Buscas:				
	por dez (10) anos ou fração .....	6,00	0.43	-0-	0.00
X	- Tratando-se de um só adquirente ou devedor pessoa física numa única escritura que versar sobre diversas unidades de um mesmo loteamento ou edifício condominial, as custas serão cobradas pela forma abaixo:				

- a) - pelas três (3) primeiras unidades, custas integrais;  
 b) - cada uma das demais unidades, 80% (oitenta por cento) das custas integrais.

**NOTA 1-** Escritura de contrato de financiamento dentro do Plano Nacional de Habitação, a metade das custas fixadas.

**NOTA 2-** Nenhum acréscimo será devido pela transcrição nas escrituras de alvarás, taloes de sisa, certidões e outros papéis necessários a perfeição ao ato.

**NOTA 3-** No título que haja incidência de imposto de transmissão de bens imóveis e do direito a ele relativo, as custas deverão ser cobradas pela avaliação dada ao imóvel para aquela incidência.

**NOTA 4** O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei n° 10.546/93)

## TABELA XII

### ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL

I - Averbações:					
a)	- de sentença de nulidade ou anulação de casamento, separação judicial, ou divórcio, ato de restabelecimento de sociedade conjugal, de escritura de adoção ou atos que a dissolvam .....	VRC 120,00	( R\$) 8.52	-0-	CPC 0.00
b)	- de alteração de nome e retificação de assento .....	120,00	8.52	-0-	0.00
II - Certidões de Nascimento, Casamento ou Obito:					
a)	- em breve relatório .....	175,00	12.43	-0-	0.00
b)	- verbo ad verbo - primeira folha .....	65,00	4.62	-0-	0.00
	- por folha que exceder ....	15,00	1.07	-0-	0.00
c)	- havendo necessidade de busca, por 10 (dez) anos ou fração .....	10,00	0.71	-0-	0.00
III	- habilitação para casamento	1,500,00	106.50		VIDE NOTA 4
a)	- Justificação para dispensa de editais de proclamas, suprimimento de idade e de consentimento .....	70,00	4.97	-0-	0.00
b)	- Casamento fora do Cartório, excluída a despesa com a condução, a cargo do interessado .....	2,000,00	142.00	-0-	0.00
c)	- Registro de editais recebidos de outro ofício.	50,00	3.55	-0-	0.00

**NOTA 1** - É vedada a cobrança acumulada das alíneas "a" e "c" deste item III.

**NOTA 2** - É vedada a cobrança acumulada do item III com a letra "b" do mesmo item.

IV	- Registro de Nascimento ou de rbito com a primeira certidão.				
a)	- independente de despacho Judicial .....	300,00	21.30	VIDE NOTA 4	
b)	- mediante despacho Judicial	350,00	24.85	VIDE NOTA 4	
V	- Retificação de assento à margem, mediante justificação, com ou sem prova.	70,00	4.97	-0-	0.00
VI	- Inscrição de casamento religioso .....	200,00	14.20	-0-	0.00
VII	- Registro: de emancipação, ausência, interdição.....	150,00	10.65	-0-	0.00
VIII	- Inscrição de opção e aquisição de nacionalidade, adoção e legitimação....	170,00	12.07	-0-	0.00

**NOTA 1** - Os atos que por determinação legal forem isentos de custas não sofreram incidência da alíquota à Carteira de Previdência Complementar e às Associações.

**NOTA 2** - No item V não haverá custas quando erro for do cartorário.

**NOTA 3** - Serão gratuitos todos os atos, inclusive as certidoes, para a pessoa que se declare pobre, nos termos do artigo 30, parágrafo 1º da Lei nº 6.015/73.

**NOTA 4** O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6% respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93).

**OBS:** O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

### T A B E L A XIII

#### ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMOVEIS

		VRC	( R\$)	CPC	
I	- Arquivamento de qualquer documento .....	7,00	0.50	-0-	0.00
II	- Averbação (inclusive a prenotação, a busca e arquivamento):				
a.	- de mudança de numeração, reconstrução e demolição de prédios, de desmembramento e fusão de terreno, de alteração de nome em virtude de casamento, de viuvez, de separa-				

	ção ou divórcio consensual ou judicial litigioso, de retificação de averbação ou de registro e matrícula, desde que tal retificação não importe na alteração do valor contratual.....	60,00	4.26	VIDE NOTA 6
b	- de liberação parcial de garantia hipotecária.....	80,00	5.68	VIDE NOTA 6
c)	- de liberação total de garantia hipotecária .....	100,00	7.10	VIDE NOTA 6
d	- demais averbações atribuídas ao Registro de Imóveis, serão cobradas a metade das custas determinadas no item XIII .....			VIDE NOTA 6
e	- de contrato de locação, para fins de preferência art. 167, II, 16 L.R.P.), 30% sobre as custas determinadas no item XIII.			
III	- Buscas: cada 10 (dez) anos	3,00	0.21	-0- 0.00
	- Certidoes:			
a	- de registro ou ônus real ..	40,00	2.84	-0- 0.00
b	- negativa de propriedade ..	40,00	2.84	-0- 0.00
<b>NOTA 1-</b> Nas certidoes negativas de propriedade cobrar-se-á mais 1,00 VRC ( R\$ 0.07) por pessoa que exceder a uma, entendendo-se por pessoa o casal interessado.				
<b>NOTA 2-</b> Se as certidoes mencionadas na alínea "a" deste item se referir a mais de um registro, cobrar-se-á mais 2,00 VRC R\$ 0.14) por registro que exceder.				
	- Registro de Cédulas de Crédito Rural - 1/4 do Valor de Referência da Região.			
	- Registro de Cédulas Industriais, Comerciais e Exportação no livro 3 - 25% do Valor de Referência da Região.			
VI	- Registro no livro 2, de hipoteca cedular:			
a)	- de Cédula de Crédito Rural, o mesmo valor previsto no item V, para o registro de cada imóvel;			
b)	- das demais cédulas mencionadas no item V, o mesmo valor do item XIII			
VII	- Averbações de cédulas rurais mencionadas no item V: - 10% do Valor de Referência da Região.			
VIII	- Registro de escrituras de pacto ante nupcial no livro 3 .....	60,00	4.26	VIDE NOTA 6
	- Averbação de escrituras de pacto ante nupcial no livro 2 .....	20,00	1.42	-0- 0.00

		CPC	
		VRC	( R\$)
IX	- Incorporação e Condomínio:		
a)	- Registro de incorporação imobiliária: o mesmo preço do item XIII, calculado sobre o valor do terreno, custo global da obra (Lei Federal 4591, de 16/12/64, artigo 32, "h").....		VIDE NOTA 6
b)	- Registro de instituição de condomínio .....	200,00	14.20 VIDE NOTA 6
c)	- Registro de convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidade, incluindo o valor das averbações necessárias .....	200,00	14.20 VIDE NOTA 6
X	- Registro de Loteamentos:		
a)	- Registro de loteamento ou desmembramento urbano ou rural, além das despesas de publicação de edital na imprensa, por lote ou gleba.	10,00	0.71 VIDE NOTA 6
b)	- Intimação ou notificação, excluídas as despesas de publicação de edital e condução.....	40,00	2.84 -0- 0.00

**NOTA** - Os emolumentos mínimos a serem cobrados na alínea "a", até 50 (cinquenta) lotes, serão de .....

XI	- Recebimento de prestações previstas no Dec. Lei n. 58, de 10/12/1937 e na Lei 6766, de 20/12/1979:	200,00	14.20 VIDE NOTA 6
a)	- Pela abertura de conta e recebimento da primeira prestação.....	40,00	2.84 -0- 0.00
b)	- Pelo recebimento sem abertura de conta, 1% do valor depositado.		

**NOTA** Os valores previstos neste item serão deduzidos da importância depositada pelos prestamistas.

XII	- Matrícula: nos casos de unificação e desmembramento do imóvel, pela certidão .....	30,00	2.13 VIDE NOTA 6
XIII	- Registro de Títulos (inclu sive buscas, matrícula e certidão):		
	- Sem valor declarado .....	150,00	10.65 VIDE NOTA 6

-----  
VALOR DO IMÓVEL  
-----

- até .....	2.000,00			RS 45,00
2.000,01 a	10.000,00	mais	2,00%	
10.000,01 a	15.000,00	mais	1,00%	
15.000,01 a	30.000,00	mais	0,75%	



30.000,01 a	50.000,00	mais	0,50%	
acima de 50.000,00		mais	0,10%	
		até o maximo de		R\$ 567,50

OBS.: - Esta tabela é progressiva.

		VRC	( R\$)	CPC	
XIV	- Prenotacao do título no protocolo .....	10,00	0.71	-0-	0.00
XV	- As inscrições dos contratos de abertura de crédito com garantia de penhor ou hipotecário, para o financiamento agrícola e pecuário com o Banco do Brasil S/A e o Banco do Estado do Paraná S/A pagarão a metade das custas previstas				

OBS.: Ver nota 3

XVI - Prejudicado pelo sistema de folio real, instituído pela Lei 6015/73.

XVII - Do título em que haja incidência do imposto de transmissão de bens imóveis e dos direitos a ele relativos, as custas deverao ser cobradas pela avaliação da da ao imóvel para aquela incidência, exceto se o título é lavrado em cumprimento a promessa de compra e venda registrada no registro de imóveis, no prazo de sessenta dias de sua lavratura .....

VIDE NOTA 6

XVIII - Tratando-se de um só adquirente ou devedor, pessoa física, num único título que versar sobre diversas unidades de um mesmo loteamento ou edifício condôminal as custas serao cobradas da seguinte forma:

		VRC	( R\$)	CPC	
a)	- Pelo registro da primeira unidade: custas integrais.				VIDE NOTA 6
b)	- Pelo registro de cada uma das demais unidades 80% (oitenta por cento) das custas integrais .....				VIDE NOTA 6
XIX	- Serao reduzidas em 50% (cinquenta por cento) as				

declaração expressa do adquirente, sob as penas da lei, quando houver financiamento pelo sistema financeiro de habitação ..

VIDE NOTA 6

- a) - Registro de averbação referente à aquisição de casa própria, em que seja parte Cooperativa Habitacional ou entidade assemelhada (artigo 290, parágrafo 1º, Lei 6015/73) - 40% MVR (Maior Valor de Referência);
- b) - Nos programas de interesse social, executados pelas COHABs ou entidades assemelhadas; atos de aquisição de imóveis e os de averbação de construção, estarão sujeitos às seguintes limitações:
- imóvel até 60 m2 de área construída: 60% do item XIII (Sem valor declarado)
  - mais de 60 m2 até 70 m2: 80% do item XIII "Sem valor declarado"
  - mais de 70 m2 até 80m2; as custas integrais do item XIII "sem valor declarado"

	VRC	( R\$)	CPC
XX - Versando um título sobre a aquisição de um apartamento e uma garagem em edifício condominial e esta última unidade for considerada unidade autônoma, cada registro advindo do título aquisitivo dessa unidade garagem .....	60,00	4.26	VIDE NOTA 6

**NOTA 1** - Nos registro de penhora e de contratos de locação as custas correspondem a 30% (trinta por cento) do valor do item XIII

**NOTA 2** - Nos registros de hipoteca ou usufruto as custas correspondem a 50% (cinquenta por cento) do valor do item XIII, versando sobre o mesmo título.

**NOTA 3** - Para o registro de hipoteca e penhora será considerado o valor da dívida e não o valor do imóvel.

**NOTA 4** - Com a extinção do MVR Maior Valor de Referência pela Lei nº 8.177/91, os registros referidos nos itens V e XIX, letras a e b, obedecerão para o cálculo de custas os valores fixados na Lei nº 8.178/91, Art. 21: 1ª região - 2ª sub-região: R\$ 5.54 e 1ª sub-região R\$ 6.05.

**NOTA 5** - Os atos traslativos da propriedade que não forem prenotados

no prazo de trinta dias, a partir da data de sua celebração, as custas serão calculadas com base no valor constante no último lançamento do IPTU ou IPTR, salvo se o valor declarado no instrumento lhe for superior.

**NOTA 6** O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6% respectivamente, nas comarcas de entrada inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93).

**OBS:** O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

**TABELA XIV**

**ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS**

- Registro integral de Contrato, Títulos e Documentos com valor declarado:

V A L O R					
- até	1.000,00				
0.000,01 a	2.000,00	mais	1,00%		R\$ 21.94
0.000,01 a	4.000,00	mais	0,50%		
0.000,01 a	8.000,00	mais	0,25%		
acima de 8.000,00		mais	0,22%		
		até o máximo de			R\$ 600,00

**OBS.:** - Esta tabela é progressiva.

		VRC	( R\$)	CPC
II	- Registro Integral de Títulos, Documentos ou Papel sem valor declarado .....	309,00	21.94	VIDE NOTA 3
III	- Registro e entrega de notificações, inclusive a certidão a margem do registro e no documento .....	309,00	21.94	VIDE NOTA 3
a	- Despesas de condução: no perímetro urbano .....	80,00	5.68	VIDE NOTA 3
b	- no perímetro rural ou em local distante do Cartório mais de 10 (dez) quilômetros .....	150,00	10.65	VIDE NOTA 3
IV	- Matrícula de Oficina Impressora, Jornal e outros periódicos .....	150,00	10.65	VIDE NOTA 3
V	- Inscrição de Pessoas Jurídicas de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos, inclusive todos os atos de registro e arquivamento .....	100,00	7.10	VIDE NOTA 3

VI - Inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:

V A L O R		%	
- até	1.000,00		R\$ 22,00
1.000,01 a	2.000,00	mais 1,00%	
2.000,01 a	4.000,00	mais 0,50%	
4.000,01 a	8.000,00	mais 0,25%	
acima de	8.000,00	mais 0,22%	
		até o máximo de	R\$ 600,00

OBS.: - Esta tabela é progressiva.

		VRC	( R\$)	CPC	
VII	- Certidoes e Buscas:				
a	- Certidoes .....	40,00	2.84	-0-	0.00
	- por página que acrescer ..	10,00	0.71	-0-	0.00
b.	- buscas por dez (10) anos ou fração .....	3,00	0.21	-0-	0.00
VIII	- Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no Cartório .....	3,00	0.21	-0-	0.00
		VRC	( R\$)	CPC	
IX	- Microfilme do documento referido nesta Tabela, qualquer que seja o número de página, mais .....	3,00	0.21	-0-	0.00
X	- Autenticação procedida de acordo com a Lei Federal nº 5433, de 08 de março de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 64393 de 24 de abril de 1969:				
a	- de microfilmagem por rolo de 16mm .....	25,00	1.78	-0-	0.00
b	- de microfilmagem por rolo de 35mm .....	60,00	4.26	-0-	0.00
c	- de cópia extraída de rolo de microfilme, legalizado, por página ou fotograma ..	70,00	4.97	-0-	0.00

NOTA 1 - Os registros de aditamentos de contratos, títulos e documentos sem valor declarado, serao cobradas as custas previstas no item II.

NOTA 2 - Se houver valor declarado no aditamento, dele será deduzido o valor original.

NOTA 3 O recolhimento do CPC das custas devidas pelo atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93).

OBS: O recolhimento do CPC já esta incluído nas custas.

**TABELA XV**  
**ATOS DOS OFICIAIS DE PROTESTOS DE TITULOS**

I - Anotação ou protesto

V A L O R		%	
- até	500,00		
500,01 a	1.500,00	mais	2,00%
1.500,01 a	3.000,00	mais	1,50%
3.000,01 a	5.000,00	mais	1,00%
5.000,01 a	8.000,00	mais	0,50%
acima de	8.000,00	mais	0,22%
		até o maximo de	R\$ 250,00

OBS.: - Esta tabela é progressiva.

II - Intimação: 80,00 5.68 VIDE NOTA

III - Cancelamento ou anulação de protesto ou averbação de pagamento: 80% das custas do n° I.

		VRC	( R\$)	CPC	
IV	- Certidoes:				
a)	- negativa (por nome) e inteiro teor (por página)...	40,00	2.84	-0-	0.00
b)	- relatório breve (por ato)...	5,00	0.36	-0-	0.00
V	- Buscas: por dez anos ou fração .....	3,00	0.21	-0-	0.00
VI	- Autenticação de ato praticado ou de documento em poder da serventia .....	0,60	0.04	-0-	0.00

NOTA: - O recolhimento do CPC das custas devidas pelos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei n° 10.546/93).

OBS: O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

**TABELA XVI**  
**ATOS DOS CONTADORES, PARTIDORES, DISTRIBUIDORES E DEPOSITARIOS PUBLICOS**  
**DOS CONTADORES.**

		VRC	( R\$)	CPC
I	- Conta de qualquer natureza	65,00	4.62	VIDE NOTA
II	- Conta de juros, correção monetária e prêmios: além do previsto no item I,			

	cada papel, por ano ou fração .....	2,00	0.14	-0-	0.00
II	- Cálculo de liquidação de sentença .....	200,00	14.20	-0-	0.00
	- Cálculo de qualquer processo, de imposto à transmissão de propriedade inter vivos ou causa-mortis de quaisquer outros impostos ou taxas; de liquidação em inventário e arrolamento, sejam quantas forem as sucessões e operações necessárias; formação de ativo e passivo, com base no montemor, na arrecadação, adjudicação, remissão ou valor apurado .....	50,00	3.55	-0-	0.00
	- Para cumprimento do item 12.7.2.3 do CNECJ .....	35,00	2.49	-0-	0.00
IV	- Conversão à moeda nacional ou estrangeira de cada papel de crédito, título da dívida pública, ação de companhia ou instituições financeiras; por cálculo...	2,00	0.14	-0-	0.00
V	- Verificação ou conferência de crédito e contas em falência, concordata, concurso creditório e prestação de contas em geral .....	30,00	2.13	-0-	0.00
VI	- Certidão e Buscas: as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor .....				
VII	- Emenda ou reforma de cálculo ou conta: metade do estabelecido nos itens I a V.....				

**OBS:** Se a emenda ou reforma resultar de omissão ou erro do Contador, não serão devidas custas.

**NOTA 1-** Se for elaborado por processamento de dados, as custas serão acrescidas de 10%.

**NOTA 2** O recolhimento do CPC das custas devidas pelo ato praticado é de 4% 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93).

#### DOS PARTIDORES.

- I - Esboço de partilha: 10% das custas atribuídas ao Escrivão da Vara em que estiver sendo processado o feito .....

VIDE NOTA 2

- II - Rateio, pelo que houver:

as mesmas custas do item I

-0-

0.00

- III - Emenda ou reforma de esboço de partilha ou sobrepartilha:  
metade das custas atribuídas ao item I.....

-0-

0.00

**OBS.:** - Se a emenda ou a reforma resultar de omissão ou erro do Partidor, nada perceberá.

**NOTA 1** - As custas serão contadas sobre o valor do monte-mor.

**NOTA 2** O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93).

**NOTA 3** - Se for elaborada por processamento de dados, as custas serão acrescidas de 10%.

- IV - Busca: cada 10 (dez) anos ou fração, as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor.

- V - Certidão:  
as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor.

### DOS DISTRIBUIDORES.

	VRC	( R\$)	CPC
I - distribuição e/ou registro para o foro judicial e protocolo judiciário, para encaminhamento de petição ao Tribunal ou Comarca respectiva.....	90,00	6.39	
II - Distribuição e/ou registro para o foro extrajudicial:			
a) Títulos e Documentos .....	70,00	4.97	
b) Nas Comarcas onde houver somente um Ofício de Títulos e Documentos .....	30,00	2.13	
c) Tabelionatos .....	35,00	2.49	
d) Nas Comarcas onde houver somente um Ofício de Tabelionato de Notas .....	30,00	2.13	
e) Protestos- até R\$ 100.00	35,00	2.49	
R\$ 100.00 a 1,000.00	70,00	4.97	
R\$ 1,000.00 em diante	92,00	6.53	
f) Registro de Imóveis .....	45,00	3.20	
III - Averbação a margem da Distribuição e ou/registro	16,00	1.14	

IV	- Baixa ou retificação de Distribuição e/ou registro de aditivos, averbações, alterações e anexos .....	26,00	1.85
V	- Busca:		
a	Para informação verbal ...	16,00	1.14
b	Por 10(dez) anos ou fração que exceder os primeiros 20 (vinte) anos .....	16,00	1.14
c	Para cumprimento do item 3.1.15 do CNCGJ .....	79,00	5.61
VI	- Certidão:		
a	- Incluída a busca ate 20 (vinte) anos .....	141,00	10.01
b)	- por pagina que acrescer	8,00	0.57

**ORS.:** Vide nota 4

**NOTA 1-** As custas acima se referem a certidão por pessoa, não havendo qualquer acréscimo se solicitadas à menção de seu nome por extenso e abreviado, de solteira ou casada, bem como de espólio ou massa falida correspondente a mesma pessoa.

**NOTA 2-** Para os atos praticados através de processamento de dados as custas serão acrescidas de 10% (dez por cento).

**NOTA 3-** Nas certidões fornecidas em autos de processos criminais, com antecedentes de réus, a requerimento do Ministério Público ou "ex-officio", poderão ser cotadas as custas do item VI desta Tabela, as quais serão pagas a final, no caso de condenação.

**NOTA 4-** Autorizada a cobrança pela Lei 8.329, de 01/07/86, publicada no Diário Oficial nº 2.309 de 02/07/86.

**NOTA 5-** O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93)

**NOTA 6-** O recolhimento das Associações incidirão a base de 1/4 do valor devido.

#### **DOS DEPOSIT ARIOS PUBLICOS.**

I	- De valores, títulos da dívida pública, ações, letras hipotecárias, debêntures, dinheiro, peças de ouro, prata, jóias e pedras preciosas: sobre o valor nominal, importância final apurada, cotação oficial ou avaliação, até o máximo de 48,00 VRC ( R\$ 3.41) .....	2%	-0-
II	- De imóveis, urbanos ou rurais: sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa, até o máximo		



	de	120,00	VRC		
	( R\$	8.52)	.....	2%	-0-
III	- De móveis, veículos automotores, artigos de comércio e quaisquer outros objetos perecíveis: sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa, até o máximo de 120,00 VRC ( R\$ 8.52) ..... 4%				
IV	- Via férrea, linha telefônica e telegráfica, empresa de luz, água e outros serviços públicos, ou dos materiais empregados em seu funcionamento; empresas e estabelecimentos comerciais, industriais e agrícolas; sementeira ou plantação: sobre o produto líquido dos bens administrados, até o máximo de 120,00 VRC ( R\$ 8.52 ) ..... 2%				
V	- Sobre os rendimentos brutos produzidos pelos bens depositados desde que auferidos com trabalho do depositário mediante autorização Judicial até ..... 10%				
VI	- Pela administração de Imóveis rurais ou urbanos depositados as mesmas do item V ..... -0-				
VII	- Nos executivos fiscais, quando houver depósitos: as custas serão calculadas sobre o valor da dívida fiscal..... -0-				
VIII	- Pela guarda de bens:				
a)	- veículos automotores: além das custas previstas no item III por mês ou fração, sobre a avaliação, importância a final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa ..... 0,5%				
b)	- Demais bens: além das custas previstas no item III e observado o seu limite, por mês ou fração, sobre a avaliação, importância a final apurada ..... -0- 0.00				

CPC

VIDE NOTA 5

IX - Certidao e Busca:  
as mesmas custas atribuí-  
das ao Distribuidor .....

NOTA 1- As custas dos itens V e VI, bem como outras despesas necessárias e comprovadas com a guarda, remoção, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados, que serao pagas depois de aprovadas pelo Juiz..

NOTA 2- As despesas com eventuais seguros, rateadas proporcionalmente aos bens guardados em depósitos, mais as previstas no item VIII, serao cobradas mensalmente.

NOTA 3- Nao será expedido mandado de levantamento de penhora,arresto o sequestro, sem o comprovante, nos autos, de recolhimento das custas fixadas nesta Tabela e das despesas feitas com os bens depositados.

NOTA 4- Quando, sobre qualquer bem penhorado, recaírem outras,penhoras perceberá o depositário, além das custas referentes à primeira, mais a metade de cada uma das demais, cujo valor será rateado entre diversos feitos, limitado o valor ao dobro do prêmio.

NOTA 5- O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados e de 4%, 5% e 6% respectivamente, nas comarcas de entrância inicial intermediária e final (Lei nº 10.546/93)

OBS: O recolhimento do CPC já esta incluído nas custas.

T A B E L A XVII

ATOS DOS AVALIADORES JUDICIAIS.

	VRC	( R\$)	CPC
- Avaliação de ações de com- panhia, debêntures, títulos semelhantes e aluguéis ou rendas: por 50,00 VRC R\$ 3.55) ou fração. 5,00 - emolumento máximo ..... 500,00		0.36 35.50	VIDE NOTA 4 VIDE NOTA 4

- Avaliação de imóveis e ou-  
tros bens:

V A L O R		%	
até			
1.200,01	a	1.200,00	R\$ 26,00
3.000,01	a	3.000,00	mais 0,90%
6.000,01	a	6.000,00	mais 0,70%
10.000,01	a	10.000,00	mais 0,50%
20.000,01	a	20.000,00	mais 0,40%
	em diante		mais 0,20%
		até o máximo de	R\$ 496,20

NOTA 1 - A Tabela é progressiva.

lor total dos bens avaliados.

- NOTA 3-** Quando tratar-se de imóveis numa mesma edificação ou contíguos, as custas serão cobradas pela forma abaixo:
- a) Pela primeira unidade: custas integrais.
  - b) Pelas demais unidades: 50% (cinquenta por cento) das custas integrais até o máximo de 7,016,90 VRC ( R\$ 498.20)
- NOTA 4-** O recolhimento do CPC das custas devidas pelos atos praticados é de 4%, 5% e 6%, respectivamente, nas comarcas de entrância inicial, intermediária e final (Lei nº 10.546/93)

**OBS:** O recolhimento do CPC já está incluído nas custas.

### T A B E L A XVIII

#### ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

	VRC	( R\$)
I Autos de qualquer natureza, inclusive os atos complementares .....	150,00	10.65
II - Citações Intimações ou Notificações, por pessoa ...	30,00	2.13
- Certidão, sendo no mesmo local, o primeiro ato será cotado integralmente e os subsequentes, pela metade.	12,00	0.83
III Contra-fé por pessoa .....	6,00	0.41
IV Pelos atos que praticarem nas sessões do Júri inclusive certidões para ordenação de processos, de cada dia de sessão .....	20,00	1.42
V Condução: Será usada Tabela fixada pelo Juiz Diretor do Fórum em portaria, ouvidos os demais Magistrados em exercício na Comarca e atendidas as peculiaridades locais (Art. 25 da Lei nº 7.567/82).		

**NOTA 1-** Além dessas taxas, as despesas de condução somente poderão ser cotadas se devidamente especificadas - se contiverem o "de acordo" do advogado da parte interessada na diligência.

Se houver pagamento antecipado, o Oficial de Justiça lançará a cota, com a observação de que as custas já foram pagas e por quem.

**NOTA 2-** As certidões referidas no item II, ficam limitadas ao número de duas para cada caso.

**NOTA 3 -** As custas previstas no item V só podem ser cotadas uma vez.

e para a diligência que resultar positiva.

**ORS.:** Esta tabela está isenta do recolhimento do CPC, conforme Lei n.º 10.546/93.

### TABELA XIX

#### ATOS DOS PORTEIROS DE AUDITORIO

I	- Certidão: Os mesmos emolumentos dos Distribuidores.		
		VRC	( R\$)
II	- Pregão: (incluída, nos leilões, a fixação do edital e respectiva certidão)		
a	- efetuado em audiência ....	50,00	3.55
c	- efetuado fora de audiência	50,00	3.55
III	- Percentagem nas arrematações, adjudicações, ou nas remissões ou resgates, requeridos antes da praça ou depois destas: sobre o valor dos objetos arrematados, adjudicados ou remidos, 2% até o máximo de 845,00 VRC (R\$ 60,00)	2%	

**ORS.:** Esta tabela está isenta do recolhimento do CPC, conforme Lei n.º 10.546/93.

### TABELA XX

#### ATOS DOS PERITOS E ARBITRADORES

		VRC	( R\$)
I	- Arbitramento:		
a	- de multa ou de liquidação de objeto sobre o qual tiver de determinar a multa.	20,00	1.42
b	- de responsabilidade para especialização de hipoteca legal .....	20,00	1.42
II	- Corpo de delito:		
a	- quando depender de exame médico ou cirúrgico .....	40,00	2.84
b	- quando não depender desses exames .....	20,00	1.42
III	- Exames:		
a	- de sanidade .....	40,00	2.84
b	- de sanidade mental, arbitrio do Juiz que terá em vista a observação mais ou		

	menos longa de 10,00 VRC		
	R\$ 0.71) até 80,00		
	VRC R\$ 5.68) .....		
c	- cadavérico, físico ou quí-		
	mico, se o exame preceder		
	à execução .....	120,00	8.52
d	- radioscópico, a arbitrio do		
	Juiz, de 10,00 VRC		
	R\$ 0.71) até 80,00		
	VRC R\$ 5.68) .....		
e	- radiográfico a arbitrio		
	do Juiz, de 5,00 VRC		
	R\$ 0.36) até 40,00		
	VRC R\$ 2.84) .....		
f	- de escrituração mercantil,		
	a arbitrio do Juiz, de		
	5,00 VRC R\$ 0.36)		
	40,00 VRC R\$ 2.84)		
u	- de documento, livros ou		
	firmas, para verificação		
	de falsidade ou de qual-		
	quer outro fato, a arbitrio		
	do Juiz, de 5,00 VRC		
	R\$ 0.36) até 50,00		
	VRC R\$ 3.55) .....		
g	- não especificados neste nú		
	mero .....	20,00	1.42

OBS. - Esta tabela está isenta do recolhimento do CPC, conforme Lei n.º 10.546/93.

### TABELA XXI

#### DO INQUÉRITO POLICIAL

Atos das Autoridades Policiais:

Extinta por interpretação extensiva do artigo 128, II, letra "a" C.F.

**FIXAR EM CADA SERVENTIA EM LUGAR VISIVEL AO PUBLICO EM GERAL DE MODO LEGIVEL UM QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VALORES ATUALIZADOS DAS TABELAS DE CUSTAS RELATIVAS AOS ATOS ATINENTES AS SUAS ATRIBUIÇÕES, VEDADO O USO DE LETRAS MIUDAS QUE DIFICULTEM LEITURA.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE Nº 01, AO  
PROJETO DE LEI Nº 414/97

TABELA II - Atos dos Tribunais de Justiça e de Alcada.

TABELA III - Atos da Procuradoria.

SECRETÁRIOS:

Emenda supressiva:

Suprima-se as Tabelas II e III na totalidade.

Sala das Comissões, em 21.10.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

JUSTIFICATIVA:

O Secretário do Tribunal de Justiça, de Alcada e Procuradoria Geral da Justiça, são servidores concursados e recebem pelos cofres públicos pela função que exercem (salário, gratificação de função, DAS). Não se justifica, portanto, a cobrança das referidas taxas previstas nestes incisos, uma vez que são estes funcionários que percebem o valor destas taxas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE Nº 02

TABELA VIII - Associações.

Emenda supressiva:

Suprima-se a Tabela VIII na totalidade.

Sala das Comissões, em 21.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

JUSTIFICATIVA:

Embora conste observação que o valor deve ser deduzido das custas dos serventuários, na realidade quem paga é o cidadão. Ademais, mesmo que o referido valor seja destinado para as associações dos serventuários, trata-se de um absurdo, pois cada organização de classe deve auto-sustentar-se. É inconcebível que o cidadão tenha que financiar associações de Serventuários, Magistrados, Ordem dos Advogados e Ministério Público. A sociedade clama por moralização dos serviços públicos, e aqui temos uma crassa imoralidade, além de ilegalidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE Nº 03

TABELA IX - Atos dos Escrivães do Cível, Família e da Fazenda.

ITEM VII

Emenda supressiva:

Suprima-se a letra "b" e a nota do item VII.

Sala das Comissões, em 21.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

JUSTIFICATIVA:

O serviço do escrivão no caso da carta precatória ser positiva ou negativa é o mesmo. Portanto, não se justifica que seja cobrado valores diferentes. A diligência do ato se dá pelo Oficial de Justiça, no cumprimento do mandato, não implicando em serviços adicionais para o escrivão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE Nº 04

TABELA X - Atos dos Escrivães do Crime.

Emenda supressiva:

Suprima-se toda a tabela.

Sala das Comissões, em 21.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

JUSTIFICATIVA:

Os escrivães do crime e das varas de execuções penais, são servidores de carreira, remunerados pelos cofres públicos. Desta forma, não se justifica a cobrança de custas, uma vez que os materiais de expediente e estrutura para funcionamento do cartório é fornecida pelo órgão público (Tribunal de Justiça).

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 414/97

PARECER:

Relatório

O presente projeto, de autoria do Poder Judiciário, tem por objetivo alterar as Tabelas de Custas dos Atos Judiciais no Estado do Paraná.

Fundamentação

A douta Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável na forma de Substitutivo Geral e aprovou, também, quatro emendas do Deputado Florisvaldo Fier.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças se posiciona de forma contrária, somente, a Emenda nº 04, por achar que a mesma conflita com o objetivo inicial do autor da proposição, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos o nosso parecer favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e às Emendas nºs 1, 2 e 3 do nobre Deputado Florisvaldo Fier.

Sala das Comissões, em 28.10.97.

(a) ÉLIO RUSCH - Presidente e Relator

A Mesa vai orientar as votações sobre essa matéria. Há requerimento de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, com apoio dos Senhores Deputados Edgar Bueno, Doutor Rosinha, Carlos Simões e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada do projeto por dez sessões. O requerimento é considerado pela Mesa extemporâneo, indeferido diante do artigo 159, § 1º do Regimento Interno: "ao projeto em Regime de Urgência não serão admitidos conceder adiamento."

A Presidência teve o cuidado dado à relevância e à importância da matéria, de publicar o projeto na pauta por 3 sessões. Mas, não obstante isso, a Mesa vai tentar a aprovação em 1ª discussão e em seguida retirá-lo da Ordem do Dia para posterior apreciação das Comissões e de Deputados interessados na matéria. Porque, como já disse, é uma matéria de alta relevância. Vou votar só a Mensagem oriunda do Poder Judiciário. As emendas substitutivas não serão apreciadas nesta sessão.

Em votação a Mensagem do Poder Judiciário. Excluídas todas as emendas que porventura tenham sido apreciadas pelas Comissões competentes. **Aprovada. A matéria será retirada da Ordem do Dia e voltará quando houver um acordo entre as Lideranças.**

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Uma pergunta. Não ouvi o Senhor colocar em votação o Projeto nº 523/97, da COPEL.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi aprovada a emenda de 2ª Discussão.

O SR. PÉRICLES MELLO - Queremos manifestar o voto contrário da Bancada do PT. Vamos discutir melhor a matéria com a Liderança do Governo, se for possível. Mas, votamos contrário porque são 90 milhões de reais do Governo que poderiam ceder ao FUNDAF e a COPEL poderia ser responsável por essa isenção para as pessoas que consomem pouca energia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2500, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 2502 e 2503, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2506 e 2551, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2507, de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no no final desta**

Ata).

Requerimentos nºs 2510 a 2519, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2524, 2527, 2528 e 2564, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2525, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2529, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2552, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2532, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2534, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2536 e 2537, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2538, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2541 e 2542, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2543 a 2549, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2550, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2559, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2558, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, com apoio do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 2526, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2540, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2520 a 2522, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2523, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2555 a 2557, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 30, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 408, 497 e 500/97.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 574/96, 011, 393, 415, 459, 460, 472 e 482/97.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RENATO ADUR, EM SESSÃO DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 1997.

"Pitanga espera homologação do Guinness.

Região plantou, num só dia, 132.840 mudas de árvores e quebrou recorde que pertencia à África do Sul."

Folha de Londrina.

#### Campo Mourão

O Escritório Regional do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em Pitanga (88 km ao norte de Guarapuava) espera ansioso a próxima edição do Guinness Book, o Livro dos Recordes Mundiais. O motivo é ver o órgão e a região incluídos num dos livros mais famosos do mundo. Para chegar ao Guinness, o IAP coordenou no mês passado o plantio simultâneo de 132.840

mudas de árvores em seis municípios da região. O recorde anterior pertencia à África do Sul, com 101.165 mudas plantadas.

"Foi memorável para Pitanga e municípios vizinhos", comemora o chefe local do IAP, Orlei Ziegemann. "A inclusão no Guinness assume um feito de suma importância, principalmente devido à conscientização e mobilização popular". Somente em Pitanga foram plantadas 80.344 mudas.

Outras 23.623 foram plantadas em Palmital. Completam a lista de recordistas Boa Ventura de São Roque (10.470), Santa Maria D'Oeste (7.500), Laranjal (5.580) e Mato Rico (5.320).

O plantio das mudas foi feito por cerca de 30 mil estudantes de escolas públicas e particulares dos seis municípios. As mudas foram estrategicamente distribuídas em cada um deles de acordo com cronograma da Secretaria de Es-

zido do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. "É importante salientar que a distribuição de número tão elevado de árvores não se deu de forma desordenada", ressalta Ziegemann. "Ela seguiu parâmetros racionais".

As áreas reflorestadas foram demarcadas em conformidade com as necessidades. Os destinos das mudas foram direcionados especialmente para recomposição das matas ciliares de todos os afluentes dos rios da região de Pitanga e das bacias hidrográficas dos rios Piquiri e Ivaí. A quebra do recorde, no entanto, só foi possível devido ao programa Florestas Municipais, que está criando em cada município do Estado um setor de desenvolvimento florestal.

**Ousadia** Foi através desse programa, criado pela Secretaria

do Meio Ambiente, que o IAP de Pitanga pôde contar com 79.400 mudas oriundas de Cianorte, 8.900 de Ponta Grossa e 5.000 de União da Vitória, além de árvores produzidas em viveiros próprios de Palmital e Pitanga. Todas as mudas plantadas em Laranjal e Mato Rico, por exemplo, saíram de Cianorte. Das 80.344 árvores plantadas em Pitanga, 57.660 também foram oriundas de viveiros de cianortenses.

Segundo Ziegemann, o Paraná é um exemplo típico do que ocorre no País. Corta-se no Estado, em média, 200 árvores por minutos, mas só 80 são repostas. Resultado: restam apenas 8% de remanescentes nativos, isso graças à preservação de floresta atlântica, que concentra a maior parte dessa porcentagem. "Somente iniciativas ousadas, com o envolvimen-

to maciço da sociedade, podem fomentar a conscientização e contribuir para a reversão do quadro atual".

## ONDE FOI O PLANTIO

MUNICÍPIO	MUDAS
Pitanga	80.344
Palmital	23.623
B. Ventura de S. Roque	10.470
Santa Maria D'Oeste	7.500
Laranjal	5.580
Mato Rico	5.320
<b>TOTAL</b>	<b>132.840</b>

Fonte: IAP/Pitanga



## Conscientização

*Chefe regional do IAP, Orlei Ziegemann, orienta os alunos sobre a importância da recuperação das matas*

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO HORÁCIO RODRIGUES, EM SESSÃO DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 1997.**

## "A Imprensa e os Cidadãos"

Jornal Folha de São Paulo.

Tramitam no Congresso dois projetos de lei que tratam da atividade jornalística. É evidente que eles não dizem respeito apenas aos interesses corporativos das empresas de comunicação e dos profissionais do jornalismo. Dispõem sobre a liberdade de informar, de opinar e de obter infor-

mações; enfim, tratam da autonomia da esfera pública e dos direitos individuais, elementos fundamentais do regime democrático.

Mas, na elaboração do texto legal, ao detalhar direitos e deveres dos meios de comunicação, o deputado Vilmar Rocha (PFL-GO) e o senador

Roberto Requião (PMDB-PR) legislam também no sentido de cercear a liberdade de imprensa.

O projeto de Rocha, aprovado em comissão da Câmara, tem o mérito de revogar a lei de imprensa em vigor, de 1967, obra do regime militar. Essa sobrevivente do ensino autori-

tário esupa, por exemplo, que a imputação de um crime a um presidente da República seja sempre considerada calúnia, não importa a prova que o jornalista apresente. A lei de 1967 dava ainda ao ministro da Justiça o poder de apreender publicações



No entanto, a ameaça autoritária persiste na lei proposta por Vilmar Rocha, pois "leis especiais" estabeleceriam casos em que podem ser proibidas a circulação de jornais ou a emissão de programas de rádio e TV.

O projeto Rocha não se limita, porém, a tornar legal esta forma de censura. Procura também cercar a obtenção de informações e a forma de divulgá-las. O artigo que trata dos deveres dos meios de comunicação emprega critérios abstratos e sujeitos a interpretação arbitrária para definir o que é jornalismo ético ou discriminatório. O projeto veda as "referências discriminatórias" sobre religião e convicções políticas. Além das vagas, as definições são autoritárias pelo fato mesmo de estipularem o que pode ou não ser dito, independentemente de se tratar de calúnia, injúria ou difamação.

No que diz respeito aos ataques à honra dos indivíduos, o projeto Rocha garante, corretamente, a celeridade da tramitação legal do direito de resposta. Tema correlato, a nova lei exige que os meios de comunicação garantam a pluralidade de versões sobre matéria controversa.

Nos artigos que tratam da punição para os crimes contra a honra e das penas pecuniárias correspondentes, o projeto Rocha deixa ao arbitrio dos juizes a questão subjetiva do montante da reparação aos ofendidos.

O problema é espinhoso, pois estão em jogo tanto a suficiente indenização devida a pessoas e a empresas prejudicadas como a sobrevivência da empresa jornalística e, por consequência, da liberdade de divulgar e ter livre acesso às informações. O projeto estabelece que a Justiça deve levar em conta "a capacidade finan-

ceira do ofensor, respeitada a sua solvabilidade". Mas é temerário permitir que a chamada "indústria das indenizações" prospere na ausência de limites definidos em lei, forçando os meios de comunicação a uma eventual atitude de autocensura.

Os jornalistas ficam sujeitos a multas de até R\$ 100 mil e penas de prestação de serviços à comunidade, o que parece um privilégio. Calúnias de outros cidadãos podem sujeitá-los à prisão, segundo determina o Código Penal. Mas nesse caso é o código que deve ser alterado. Aqueles que não representam ameaça física à sociedade deveriam cumprir penas alternativas, pois é sabido que o cárcere está desmoralizado como meio de recuperação de infratores.

Diferentemente do projeto Rocha, a lei proposta pelo senador Requião se limita a regulamentar o direito dos

atingidos pelos meios de comunicação. Ao restringir seu escopo, porém, o projeto Requião não se mostra mais adequado — pelo contrário. Não revoga a lei de imprensa autoritária e prevê punições como o fechamento de empresas jornalísticas, além de fazer com que a tramitação legal do direito de resposta seja mais lenta do que o é no projeto Rocha.

Os projetos da Câmara e do Senado são concorrentes e, em graus diferentes, contam com artigos que ameaçam a liberdade de acesso à informação. Espera-se que, na resolução do problema legislativo criado pela tramitação de projetos que tratam da mesma matéria, os congressistas corrijam as disposições que mutilam a liberdade de expressão e aperfeiçoem aquelas que tratam do respeito à imagem dos indivíduos.

#### Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 1997.

"Condições e procedimentos com relação ao processo de alongamento de dívidas originárias de crédito rural."

Diário Oficial.

### BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 2.433, DE 16 DE OUTUBRO DE 1997

Dispõe sobre condições e procedimentos a serem observados com relação ao processo de alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que tratam a Lei nº 9.138, de 29.11.95, e normativos complementares.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 15.10.97, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da citada Lei, dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.839, de 05.11.65, do parágrafo único do art. 8º e do art. 10 da Lei nº 9.138, de 29.11.95, resolveu:

Art. 1º. Em relação às operações alongadas nos termos da Lei nº 9.138, de 29.11.95, a instituição financeira deve fornecer 1 (um) extrato de cada conta gráfica das operações originais e 1 (um) extrato do saldo consolidado em 30.11.95, ao mutuário que os requerer, observando:

I - extrato relativo à conta gráfica da operação original contendo todos os lançamentos com os respectivos valores, datas e identificações, onde fique claramente demonstrado:

a) os encargos devidos para situação de normalidade da operação, até a data de vencimento;

b) os encargos de inadimplimento e datas de suas respectivas aplicações, incluídos juros de mora, multas e comissão de permanência;

c) os honorários advocatícios devidos ao profissional contratado pela instituição financeira;

d) o adicional do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROGAP), discriminando as respectivas bases de cálculo, valores e datas de cobrança;

e) que foi observada a aplicação do rebata de 1% (um por cento) de que trata o inciso II do art. 5º da Resolução nº 2.164, de 19.06.95, desde que a operação tenha sido renegociada com base nesse normativo;

II - extrato relativo ao saldo devedor apurado em 30.11.95, onde fique claramente demonstrado:

a) que foi observado o disposto nos incisos V, VI e VII do art. 1º da Resolução nº 2.238/96;

b) que foram eliminados, quando for o caso, os efeitos da aplicação do critério de atualização das taxas de juros diferentemente do estabelecido no contrato original.

Art. 2º. Devem ser observados os seguintes procedimentos quando o mutuário discordar dos valores que lhe foram apresentados pela instituição financeira, a qual lhe deverá prestar os esclarecimentos devidos com relação ao processo de alongamento:

I - o mutuário disporá de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento dos extratos, para tentar solucionar suas divergências junto à respectiva agência;

II - não havendo entendimento nesse prazo, o mutuário disporá de 30 (trinta) dias para solicitar a intermediação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), por meio de suas Federações Estaduais;

III - a CNA disporá de 60 (sessenta) dias para buscar solucionar a pendência entre as partes;

IV - persistindo o inadimplemento, o mutuário disporá de 60 (sessenta) dias para recorrer ao Banco Central do Brasil, via Delegacias Regionais.

Parágrafo único. A observância dos procedimentos e prazos indicados neste artigo não dispensa a obrigatoriedade de o mutuário pagar sem compromissos nos vencimentos pactuados, ficando-lhe assegurado o estorno ou a devolução de valores debitados ou cobrados indevidamente.

Art. 3º A instituição financeira deve adotar as providências necessárias à continuidade da assistência creditícia a mutuários contemplados com o alongamento, quando imprescindível ao desenvolvimento de suas explorações, inclusive quanto à possibilidade de extinção de processos judiciais.

Art. 4º Desde que fique comprovada a incapacidade justificada de pagamento do mutuário, é devida, nos termos do RCR 2-6-9, a prorrogação, parcial ou integral, da parcela da dívida de crédito rural alongada nos termos da Lei nº 9.138/95 e normativos complementares divulgados pelo Banco Central do Brasil, vencível em 31.10.97, independentemente da fonte original dos recursos, mediante exame caso a caso, observadas as seguintes condições:

I - considerar-se-á justificada a incapacidade de pagamento, devida e comprovada, quando decorrente de uma das seguintes razões:

a) dificuldade de comercialização dos produtos, frustração de safras por fatores adversos ou eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações, consideradas para efeito de pagamento da parcela objeto de prorrogação; ou

b) não recebimento de financiamento de custeio da safra 96/97;

II - respeitado o prazo máximo de 10 (dez) anos, a parcela objeto de prorrogação deve ser repactuada para pagamento no ano subsequente ao final do cronograma de reembolso originalmente estabelecido;

III - a parcela objeto de prorrogação, expressa em quantidade de unidades equivalentes em produto, deve ser acrescida da taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano), capitalizadas anualmente.

Parágrafo único. No caso de indeferimento da prorrogação, a instituição financeira deverá apresentar justificativa formal e técnica ao requerente.

Art. 5º A instituição financeira deve liberar as garantias, vinculadas à operação de alongamento de dívidas, que excederem aos parâmetros normalmente utilizados no crédito rural.

Art. 6º Alterar, para 31.03.99, o prazo estabelecido no art. 4º, inciso I, da Resolução nº 2.020, de 22.06.94.

Art. 7º Ficam as Secretarias de Acompanhamento Econômico e de Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, e de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, autorizadas a definir, em conjunto, as medidas complementares necessárias à implementação do disposto nesta Resolução, devendo as pertinentes instruções serem divulgadas às instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Em função do disposto no art. 2º desta Resolução, fica extinta a Comissão de que trata o inciso VIII do art. 1º da Resolução nº 2.238/96.

GUSTAVO H. B. FRANCO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 2.434, DE 16 DE OUTUBRO DE 1997

Dispõe sobre a concessão de prazo para operações de crédito rural e para renegociação de valor excedente a R\$ 200.000,00, de que trata o art. 1º, inciso IX, da Resolução nº 2.238, de 31.01.96.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 15.10.97, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da citada Lei, e 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 05.11.63, e 10 da Lei nº 9.138, de 29.11.95, resolveu:

Art. 1º Alterar, de 02.01.97 para 02.01.98, o prazo estabelecido nos arts. 1º e 2º da Resolução nº 2.232, de 15.10.96.

Parágrafo único. A autorização de que trata o art. 1º da mencionada Resolução passa a contemplar operações de crédito rural contratadas até 20.06.95 e vencidas ou vincendas até dezembro de 1997.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 2.413, de 11.08.97.

GUSTAVO H. B. FRANCO  
Presidente